



**Ana Catarina
Massano Barreto**

**AUDITORIA INTERNA NO
DESEMPENHO
ORGANIZACIONAL**

Dissertação submetida como requisito parcial para
obtenção do grau de **Mestre em Contabilidade e
Finanças**

Júri

Presidente Prof^a. Doutora Ana Bela Teixeira, IPS,
ESCE

Orientador Prof^a. Doutora Paula Heliodoro, IPS,
ESCE

Vogal Prof. Doutor Francisco Carreira, IPS, ESCE

Dezembro, 2017

Índice

Índice de quadros	2
Lista de siglas e abreviaturas	3
Resumo	4
Abstract	5
Introdução.....	6
Capítulo 1 – Auditoria – Origens e Evolução	8
1.1. A origem e evolução.....	9
1.2. Objetivos.....	15
1.3. Métodos, técnicas e fases	18
1.4. Auditoria interna vs Auditoria externa	19
1.5. Comparação e relação entre auditorias	21
Capítulo 2 – Auditoria Interna - No Desempenho Organizacional	25
2.1. Breve evolução.....	26
2.2. Importância nas organizações	27
2.3. Informação e tomada de decisões	28
2.4. Controlo interno	29
2.5. Fraude	31
2.6. Papel do auditor interno no combate à fraude	35
2.7. Normas e diretivas.....	37
2.8. Implementação da lei Sarbanes-Oxley	38
2.9. Corporate Governance	40
2.10. O risco e a sua gestão	41
2.11. Sucesso da organização	43
Capítulo 3 – Estudos sobre a Auditoria Interna	45
3.1. Estudos a nível nacional	46
3.2. Reflexões sobre os estudos analisados.....	64
Capítulo 4 – Conclusão	66
Referências Bibliográficas	69

Índice de quadros

Quadro 1 - Factos históricos e evolução da auditoria.....	11
Quadro 2 - Caraterísticas de ambas as vertentes de auditoria.	22
Quadro 3 - Diferenças entre o auditor interno e externo.	24
Quadro 4 - Objetivos de um sistema de controlo interno.	30
Quadro 5 - Síntese dos estudos relacionados com a auditoria interna.	61

Lista de siglas e abreviaturas

American Institute of Certified Public Accountants	AICPA
Chief Executive Officer	CEO
Chief Financial Officer	CFO
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	CMVM
Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission	COSO
Demonstrações Financeiras	DF's
Lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações	EBITDA
Estados Unidos da América	EUA
International Federation of Accountants	IFAC
Institute of Internal Auditors	IIA
International Organization of Supreme Audit Institutions	INTOSAI
Instituto Português de Auditoria Interna	IPAI
International Standards on Auditing	ISA
Portuguese Stock Index	PSI
Sistema de Análisis de Balances Ibéricos	SABI
Statements of Auditing Standards	SAS
Securities and Exchange Commission	SEC
Sarbanes-Oxley Act	SOA
Sarbanes-Oxley	SOX
Valor Acrescentado Bruto	VAB

Resumo

Com os avanços de mercado e as novas exigências conduzidas pela globalização, as organizações procuram cada vez mais a eficácia nas suas decisões a fim de se diferenciarem da concorrência.

É neste seguimento que surge a auditoria interna, desempenhando um papel fundamental na estrutura de uma organização, na medida em que procura fazer face às necessidades dos mercados e corresponder às expectativas de todas as partes interessadas, contribuindo, desse modo, para o sucesso organizacional.

Assim, a presente dissertação tem como objetivo analisar de que modo a auditoria interna convenientemente aplicada auxilia ou não o bom desempenho organizacional, isto é, se acrescenta valor numa organização.

Neste sentido, primeiramente foi desenvolvido um enquadramento teórico da auditoria, efetuando uma comparação entre a auditoria interna e a auditoria externa, posteriormente surge uma abordagem aprofundada da auditoria interna e do fundamental papel do auditor interno, nomeadamente no combate à fraude.

Em seguida, efetuou-se um levantamento de vários estudos com o objetivo de verificar o estado da arte do controlo interno nas organizações, isto é, analisar se a implementação do controlo interno fomenta o sucesso das organizações.

De um modo geral, após a análise dos vários estudos é possível verificar que a auditoria interna promove a credibilidade das organizações onde atua, conferindo-lhes assim uma das suas principais vantagens competitivas conduzindo ao sucesso, através do seu contributo significativo nas mais diversas áreas, nomeadamente na supervisão do sistema de controlo interno, no acompanhamento da implementação das ações corretivas e no importante apoio que confere à gestão.

Palavras Chave: Auditoria Interna; Desempenho; Controlo

Abstract

With market developments and new demands driven by globalization, organizations are increasingly searching for efficiency in their decisions in order to differentiate themselves from the competition.

It is in this sequence that the internal audit appears, performing a fundamental role in the structure of an organization, in the means that it seeks to meet the needs of the markets and correspond to the expectations of all stakeholders, thus contributing to organizational success.

Therefore, the purpose of this dissertation is to analyze the way in which the properly applied internal audit assists, or not, the good organizational performance, that is, if it adds value in an organization.

In this sense, firstly an audit's theoretical framework was developed, making a comparison between the internal audit and the external audit, then appears an in-depth approach to the internal audit and of the fundamental role of the internal auditor, namely in the fight against fraud.

Then, a survey of several studies was carried out to verify the state of the art of internal control in organizations, that is, to analyze whether the implementation of internal control fosters the success of organizations.

In general, after analyzing the various studies, it is possible to verify that internal auditing promotes the credibility of the organizations in which it operates, thus giving it one of its main competitive advantages leading to success, through its significant contribution in the most diverse areas, namely in the supervision of the internal control system, in monitoring the implementation of corrective actions and in the important support it gives to management.

Keywords: Audit; Internal Audit; Control; Organizational Performance

Introdução

Dada a conjuntura de um mundo cada vez mais globalizado, em que a competição faz parte do quotidiano das organizações, existe uma contínua e progressiva necessidade de se tomar decisões adequadas fomentando o crescimento sustentado da organização. Atualmente, coordenar uma organização exige conhecimentos, competências, visão estratégica e, fundamentalmente métodos que possibilitem um processo de tomada de decisão consciente.

As transformações de reengenharia das organizações são constantes, pois estas reestruturam-se e reinventam-se por forma a transformarem as suas metas e os seus processos, com vista a responder adequadamente a uma envolvente em constante mutação. Para dar resposta ao panorama de mudança e crescente competitividade em todos os segmentos de mercado, as organizações têm que aperfeiçoar os seus métodos de gestão, bem como modernizar e racionalizar os seus processos, para obter ganhos de produtividade, competitividade e rendibilidade.

É neste sentido que a auditoria pode contribuir como uma importante ferramenta ao dispor da gestão na prossecução dos seus objetivos. Contudo, a fim de perceber melhor as necessidades de gestão das organizações, tornou-se necessária a atuação frequente da auditoria, com maior grau de profundidade e visando outras áreas da organização.

Desta forma, e tendo em conta que a sociedade é maioritariamente estruturada numa ótica de economia de mercado, a função da auditoria revela-se cada vez mais interveniente no diagnóstico de determinadas situações, tais como a viabilidade da organização, a denúncia de fraudes e de atos ilegais, a apreciação da economia, e a eficiência e eficácia das organizações. Assim sendo, o papel desempenhado pela auditoria interna é um reflexo das necessidades e expectativas da organização como um todo para sobreviver e singrar numa dada fase de desenvolvimento. Os auditores internos tornam-se facilitadores da mudança ao disponibilizar conhecimentos sobre o verdadeiro estado da organização, e sobre a velocidade da mudança dos seus processos. Tendo em conta este ponto de vista, atualmente o posicionamento da auditoria interna numa perspetiva do seu funcionamento, centra a sua atenção não na auditoria aos órgãos da organização, mas sim nas atividades que esta exerce. O alcance e objetivos da auditoria interna variam e dependem do tamanho e estrutura da organização, bem como dos requisitos de gestão.

Neste âmbito, a presente dissertação tem como principal objetivo analisar de que modo a auditoria interna convenientemente aplicada auxilia ou não o bom desempenho organizacional, isto é, se acrescenta valor numa organização. Assim sendo, será efetuado um levantamento de vários estudos a fim de se auscultar o estado da arte do controlo interno nas organizações, ou seja, analisar se a implementação do controlo interno fomenta o sucesso das organizações. Desta forma, propõe-se fazer um levantamento no espaço temporal entre 2014-2016, dos principais estudos realizados a nível nacional sobre a matéria.

Assim, o primeiro capítulo da dissertação é constituído pelo enquadramento teórico da auditoria, desde a sua origem à respetiva evolução histórica, assim como a comparação entre as duas principais vertentes da auditoria, interna e externa, salientando os pontos em comum e em que divergem, bem como a fundamental cooperação entre o auditor interno e externo.

No segundo capítulo, será abordado de forma bastante pormenorizada o tema da auditoria interna, dando algumas definições, enquadrando a problemática, e expondo a sua evolução até ao panorama atual, em Portugal. Salienta-se possíveis soluções para a nossa sociedade e o papel dos auditores face à importância da auditoria interna no sucesso organizacional. Desta forma, abordamos a problemática da fraude, realçando o papel do auditor interno no combate à mesma, bem como os organismos que resultam nesta área.

O terceiro capítulo é constituído por um levantamento detalhado dos estudos feitos a nível nacional e que abordam a temática em estudo. Por último, no quarto capítulo são apontadas as conclusões do trabalho realizado, de acrescentar que são também evidenciadas as principais limitações e apontar futuras linhas de investigação.

Capítulo 1 – Auditoria – Origens e Evolução

No presente capítulo, será apresentada uma seleção da literatura considerada relevante explanando o conceito de auditoria na sua generalidade, desde a origem até à atualidade, integrando o que é a auditoria interna e estabelecendo uma comparação da mesma com a auditoria externa. Deste modo, serão apresentados outros estudos já efetuados no âmbito do objeto em estudo.

1.1. A origem e evolução

Por forma a corresponder à crescente globalização e à diversificação de uma sociedade moderna constituída por grandes organizações, com o desenvolvimento económico dos países a provocar uma crescente complexidade na administração dos negócios, onde as transações são contabilizadas em *real-time*, o conceito de auditoria tem sofrido um forte incremento com o decorrer do tempo.

De acordo com Tato (1998), a expressão “auditoria” de derivação latina “audire” cujo significado é “ouvir” sendo desta forma o auditor considerado como “ouvinte”, foi utilizada pelos ingleses para classificar a tecnologia contabilística da revisão.

Assim sendo, podemos considerar auditoria como uma verificação minuciosa e contínua das atividades desenvolvidas numa determinada organização, com o propósito de verificar se estas estão em conformidade com os pressupostos previamente delineados, e se a sua implementação está adequada à conceção dos objetivos com eficácia.

Atualmente, é possível atribuir ao conceito de auditoria vários significados, considerando-a assim como um “processo de julgamento assente na recolha e análise de evidências apropriadas e suficientes que fundamentam a opinião do auditor sobre a conformidade entre determinados procedimentos e um quadro de referência previamente definido” (Taborda, 2006). Posto isto, o ato de auditar equipara-se à aglomeração e avaliação de evidências sobre a informação gerada, tendo como propósito estabelecer e reportar o nível de correspondência entre essa informação e os critérios estabelecidos (Arens, 2003).

Citando Holmes (1978), a auditoria é “a revisão objetiva da situação financeira inicialmente realizada pela administração”, Stamp (1978) reforça ainda que este é “um exame independente, objetivo e competente de um conjunto de demonstrações financeiras de uma entidade, juntamente com toda a prova de suporte necessária, sendo conduzida com a intenção de exprimir uma opinião informada e fidedigna, através de um relatório escrito, sobre se as demonstrações financeiras apresentam apropriadamente a posição financeira e o progresso da entidade de acordo com as normas de contabilidade geralmente aceites. O objetivo da opinião do perito independente, a qual deve ser expressa em termos positivos ou negativos, é emprestar credibilidade às demonstrações financeiras (cuja responsabilidade pela preparação depende do órgão de gestão)”.

Ora, com base em Alberton (2002), a origem da auditoria é contrária à da contabilidade, uma vez que esta última surgiu com a necessidade de o homem medir, controlar e trocar a sua produção, deixando de ser apenas uma troca de alimentos, ainda a.C. Em relação à auditoria não é possível definir com exatidão a sua origem, existindo diversas teorias a seu respeito. Alguns autores remontam este processo ao antigo Egito e à Babilónia, época em que a atividade se baseava em aferir a transparência dos registos, bem como outros especialistas conceituam que a auditoria teve origem na Inglaterra em meados do século XIII, uma vez que esta controlava o comércio mundial e detinha grandes companhias de comércio efetuando investimentos em diversos países, sentindo assim necessidade de nomear responsáveis pela sua fiscalização. Existe ainda uma terceira teoria, segundo Pires (2010) a auditoria surgiu com o objetivo de “através de um eficiente guarda-livros ao serviço de um mercador italiano do século XV ou XVI, que pela sua reputação e sabedoria em matéria contábil, começou a ser consultado por outros mercadores para analisar a escrituração das suas transações”.

Reproduzindo Santi (1988), “a Revolução Industrial que ocorreu no Reino Unido, no século XVIII, foi responsável pelos registos que deram origem à auditoria, pois a expansão dos capitais e das atividades vieram de encontro com a necessidade de novos investimentos, exigindo a segurança do seu retorno, principalmente quando os investidores eram pessoas não ligadas à administração das entidades”, desta forma a revolução industrial foi um importante contributo para a auditoria que se desenvolve nos dias de hoje. Assim, os financiamentos externos surgiram com o fim de desenvolver projetos empresariais mais audazes, no entanto, esta realidade gerou a necessidade de avaliação das organizações com o objetivo de verificar a rentabilidade dos investimentos. Desta forma, aferia-se um distanciamento entre o detentor de capital e o gestor do mesmo, estimulando a eclosão da auditoria, “o grande desenvolvimento do mercado de capitais, assim como a repartição do capital das grandes entidades por investidores alterou o comportamento e suscitou uma mudança nas linhas de orientação da Auditoria. Os investidores estavam mais preocupados com os lucros futuros do que com a posse de ativos, sendo que a crescente complexidade da economia e os problemas com que os profissionais se debateram, forçou-os a procurar um novo e mais recompensador paradigma para os seus serviços. Tudo leva a crer que a Auditoria se vai focar na confirmação e no controlo dos riscos que afetam a organização, uma nova problemática que vai estar na base dos próximos desenvolvimentos na profissão.” (Almeida, 2005).

Assim, segundo Jund (2001), “o auditor interno atravessa um período de alteração, em virtude de novos conceitos e necessidades da gestão empresarial, onde a auditoria interna se torna uma grande aliada, revendo as atividades operacionais e de apoio, bem como avaliando a eficiência e eficácia do controlo interno, crescendo cada vez mais a necessidade que o auditor interno tenha participação na estratégia da empresa, contribuindo com opiniões e sugestões”.

Posto isto, por forma a concluir com uma maior exatidão a evolução da auditoria, o quadro seguinte apresenta resumidamente alguns dos factos históricos da auditoria.

Quadro 1 - Factos históricos e evolução da auditoria.

4.500 a.c.	Provas arqueológicas constatarem a existência de inspeções e verificações de registos realizados entre a família real Urukagina e o templo sacerdotal sumeriano.
4.000 a.c	Auditoria na cobrança de impostos na Babilónia.
1.800 a.c – 95 d.c	Referências bíblicas de controlo interno e auditorias.
61 d.c – 117 d.c	Em cartas a Trajano, escritas por Plínio, o jovem relata a existência de práticas de auditoria realizadas nas províncias romanas.
977 d.c	Em obra de Abu-Abdallah Al-Khawarismi, denominada Mafatih Al-Ulum (as chaves da ciência), são feitas referências sobre práticas de revisão.
1130	Auditoria de receitas e despesas por órgãos governamental inglês e escocês.
1200	Auditoria em Londres.
1310	Execução das funções de auditoria por conselhos londrinos.
1314	Criação do cargo de auditor do Tesouro na Inglaterra.
1494	Publicação da primeira literatura contabilística por Frei Luca Pacioli
1500 e seguintes	Intensificação do comércio com as expedições marítimas, havendo registo de casos de “auditores” nas embarcações.
1559	Sistematização e estabelecimento de auditoria dos pagamentos a servidores públicos pela Rainha Elisabeth I.
1581	Execução de funções de auditoria pelo <i>Collegio dei Raxanati</i> , na cidade de Veneza, Itália.

1640	Criação do Tribunal de Contas de Paris
1750 e seguintes	Revolução Industrial na Inglaterra com o surgimento de grandes empresas proporcionou grande impulso para a profissão.
1773 e 1792	Criação das Bolsas de Valores de Londres e de Nova Iorque.
1880	Criação da Associação de Auditores Públicos Certificados na Inglaterra.
1845	O <i>Railway Companies Consolidation Act</i> passou a adotar a verificação anual dos balanços por auditores.
1854	Criação do primeiro conselho profissional na Escócia: <i>Chartered Accountant</i> (CA).
1887	Fundado o <i>American Institute of Certified Public Accountants</i> (AICPA), na ocasião ainda denominado <i>American Institute of Accountants</i> (AIA).
1892	Publicação do livro " <i>Dicksee's auditing: a practical manual for auditors</i> ".
1894	É criado na Holanda o Instituto de Contabilidade Pública.
Início do séc. XX	Surgimento das grandes empresas americanas e rápida expansão do mercado de capitais.
1900	Obrigatoriedade das contas anuais das sociedades de responsabilidade limitada, na Grã-Bretanha serem sujeitas a auditoria.
1916	Surgimento do IPA (<i>Institute of Public Accountants</i>), que sucede ao AIA.
1917	1ª Norma de Auditoria do AIA.
1921	Criação do <i>General Accounting Office</i> (GAO), órgão governamental de contabilidade dos Estados Unidos.
1929	<i>Crash</i> da Bolsa de Valores.
1934	Criação do <i>Security Exchange Commission</i> (SEC) nos Estados Unidos, aumentando a importância da profissão do auditor como

	guardião da transparência das informações contabilísticas das organizações e a sua divulgação para o mercado de capitais.
1951	Criação da <i>Union Européenne des Experts Comptables, Economiques et Financiers</i> (UEC).
1957	Redenominação do AIA para AICPA (<i>American Institute Of Certified Public Accountants</i>), instituto que teve importância decisiva para o desenvolvimento das práticas contabilísticas e de auditoria.
1973	Surge o FASB (<i>Financial Accounting Standards Board</i>), nos Estados Unidos da América, com o objetivo de determinar e aperfeiçoar os procedimentos, conceitos e normas contabilísticas.
1976	Relatório do Senador dos EUA, Lee Metcalf, intitulado “ <i>The Accounting Establishment</i> ”.
1977	Surgimento do IFAC (<i>International Federation of Accountants</i>), que substitui o <i>International Coordination Committee for Accountancy Profession</i> , com o intuito de emitir padrões profissionais e guia de recomendação, além de procurar a convergência internacional desses padrões.
1978	Relatório, Conclusões e Recomendações (<i>Comissão Cohen</i>); Primeira Norma de Auditoria do UEC.
1980	1ª Norma de Auditoria do IFAC.
1984	Aprovação em 10/4/1984, da Diretriz 84/253/CEE (8ª Diretiva) relativa à aprovação das pessoas encarregadas da auditoria às demonstrações financeiras.
1986	Criação da <i>Federation des Experts Comptables Européens</i> (FEE), como resultado da fusão entre a UEC e o <i>Group d’ Etudes des Experts Comptables de la CEE</i> .
1987	Relatório da Comissão Nacional sobre o Relato Financeiro Fraudulento (<i>Comissão Treadway</i>).
1992	Controlo Interno – Estrutura Conceptual Integrada (<i>Committee of Sponsoring Organizations – COSO – da Comissão Treadway</i>).
1995	Estratégia Relativa à Harmonização Internacional (Comunicação da UE).
1996	O Papel, o Estatuto e a Responsabilidade do Auditor na UE (Livro Verde da UE).

1998	O Futuro da Auditoria na UE (Comunicação da UE).
2000	Controlo de Qualidade da Auditoria na UE (Recomendação da UE); Estratégia da UE para o Futuro em Matéria de Informação Financeira a Prestar pelas Empresas (Comunicação da UE).
2001	Surge o IASB (<i>International Accounting Standards Board</i>), com sede na Grã-Bretanha, que assume a responsabilidade de estudo de padrões contabilísticos, antes dirigidos pelo IASC (<i>International Accounting Standards Committee</i>), com o propósito de harmonizá-las internacionalmente.
2002	A Independência dos Auditores na UE (Recomendação da UE); <i>Sarbanes – Oxley Act</i> (EUA).
2004	1ª Norma de Auditoria do <i>Public Company Accounting Oversight Board</i> – PCAOB (EUA).
2006	A UE aprova a 8ª Diretiva.
2007	IFAC divulgou o Manual de Auditoria, Garantia de Fiabilidade e Ética e o Manual de Contabilidade para o sector público para 2007.
2008	Nova recomendação da União Europeia relativa à Limitação da Responsabilidade Civil dos Auditores.
2009	IFAC divulga <i>Handbook</i> de 2009 das Normas Internacionais de Auditoria e Controlo de Qualidade; Publicação do novo SNC e Diplomas Anexos.
2015	Decreto-lei nº140/2015 aprovou o Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
2016	Decreto-lei nº148/2015 aprovou o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria.

Fonte: Adaptado de RCA – Revista de Controlo e Administração (2007), p.94

1.2. Objetivos

A grande finalidade da auditoria passa pela avaliação da atividade económica e as ocorrências de uma organização, por forma a verificar se estas informações se encontram em conformidade com os critérios previamente estabelecidos, isto é, promove a segurança sobre a qualidade das informações contabilísticas transmitidas pela organização foco de análise (American Accounting Association, 1973).

Tendo como base Flint (1988), a finalidade da auditoria tem sido alvo de progresso por forma acompanhar a necessidade sentida de indivíduos interessados que procuram informação ou garantia acerca da conduta ou atitude de outros nos quais têm interesse fidedigno já manifestado. Ora, nos dias de hoje a finalidade do auditor é emitir uma opinião a cerca da fiabilidade das demonstrações financeiras que devem ser elaboradas segundo os princípios de contabilidade aceites, sendo estes de responsabilidade exclusiva da direção da entidade (Costa & Alves, 2005).

Flint (1988), alega ainda que a auditoria existe em consequência da incapacidade dos indivíduos interessados obterem a informação ou a garantia desejada. Assim sendo, é possível considerar a auditoria como um instrumento de controlo social, uma vez que serve como mecanismo para monitorizar a conduta e a performance.

Marques de Almeida (2001) menciona ainda que “a função essencial de um trabalho de auditoria é permitir que o auditor esteja em condições de informar adequadamente sobre o grau de credibilidade da informação financeira refletida nas demonstrações financeiras”. Deste modo, Marques de Almeida salienta três objetivos secundários:

- **Detetar erros e fraudes** – o foco de trabalho de um auditor é avaliar a credibilidade das demonstrações financeiras, no entanto este deve ainda identificar erros ou fraudes;
- **Informações sobre o controlo interno** – proferir no seu relatório melhorias a efetuar no âmbito do controlo interno;
- **Assessoria económico-financeira** – durante o processo de avaliação da credibilidade, fiabilidade e razoabilidade das demonstrações financeiras, o auditor adquire um domínio geral da organização, e em particular a nível patrimonial, financeiro e económico.

Desta forma, Abdel-Qader (2002) e Porter (2005) afirmam com grande exatidão que o objetivo da auditoria é dinâmico e não estático, Brown (1962) completa ainda que as técnicas de auditoria têm sofrido alterações durante os 400 anos de existência reconhecida, de modo acompanhar as alterações da sociedade. Tendo em conta o incremento dos mercados financeiros e a complexidade das operações desenvolvidas, atualmente é possível observar pontos de vista distintos do papel do auditor:

- **Económico:** a auditoria possui um carácter económico, uma vez deve potencializar a rendibilidade oriunda do exercício da sua atividade. Segundo Marques de Almeida (2001), a “auditoria transforma a informação financeira num bem público, acessível ao público em geral, requerendo, por isso, um padrão mínimo de qualidade em ordem à proteção do público consumidor. O papel económico do auditor, num mercado regulamentado, é o de purificador da informação financeira”.
- **Social:** a auditoria surge com o propósito de corresponder a carências da iniciativa privada, tendo como desígnio controlar os administradores das organizações por incumbência dos proprietários das mesmas. Com o aumento dos utilizadores da informação financeira, a perspectiva tripartida administrador-auditor-proprietário da organização sofreu algumas alterações, sendo que o número de interessados no conhecimento dos dados da organização aumentou exponencialmente. Assim sendo, a auditoria assume uma dimensão social desconhecida na sua origem, concluindo-se que o auditor não deve apenas fixar-se à confirmação e verificação dos registos contabilísticos (Vinten, 1991).
- **Legal:** A ótica legal da auditoria advém da função social, isto é, os governos necessitaram de mecanismos que assegurassem um determinado grau de segurança, mecanismos esses efetuados por profissionais independentes. A auditoria é deste modo, observada grande parte das vezes como consequência de uma obrigação legal.

Posto isto, é possível concluir que as três funções da auditoria devem corresponder às necessidades dos seus utilizadores, isto é, facultarem uma confirmação independente da informação divulgada pela organização, informação essa efetuada pelos gestores e divulgada nas contas anuais.

Por conseguinte, Knechel (2001) salienta como objetivo da auditoria:

- Avaliar se as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites;
- Avaliar a possibilidade de existência de demonstrações financeiras fraudulentas;
- Avaliar a probabilidade da organização continuar em atividade;
- Avaliar o potencial da organização para manter a sua posição competitiva no mercado.

Geada (2005) reforça ainda que a “atual importância do auditor é facilmente avaliada quando comparada com o crescimento em dimensão e complexidade das grandes empresas, cujos títulos de dívida e capital constituem uma parte muito significativa das poupanças investidas da economia. Os mercados de capitais simplesmente não poderiam operar sem a confiança impressa pelo trabalho desenvolvido pelos auditores.”

Em matéria de contabilidade e auditoria, vários foram os organismos que com o decorrer do tempo se pronunciaram sobre os objetivos da auditoria financeira, tais como:

- Para a Union Européenne des Experts Comptables, Economiques et Financiers (UEC) (Costa, 2010) “o objetivo de uma auditoria às demonstrações financeiras consiste em expressar uma opinião relativamente a se tais demonstrações financeiras apresentam ou não uma imagem verdadeira e apropriada da situação dos negócios da empresa à data do balanço e dos seus resultados do ano financeiro, tendo em consideração a lei e os costumes do país onde a empresa se encontra registada”.
- Segundo a IFAC, organismo internacional encarregado da elaboração das Normas Internacionais de Auditoria (NIA) (Costa, 2010), “o objetivo de uma auditoria às demonstrações financeiras é o de permitir que o auditor expresse uma opinião sobre se as demonstrações financeiras estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a estrutura conceptual de relato financeiro aplicável”.
- De acordo com a norma de auditoria norte americana SAS nº1 (Responsibilities and Functions of the Independent Auditor), “o principal objetivo de uma auditoria é avaliar se as demonstrações financeiras expressam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e depois do auditor ter efetuado uma auditoria de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites”.

Em suma, os principais objetivos da auditoria são:

- **Garantir a informação financeira:** A obrigação de auditar tem como principal premissa a clareza das demonstrações financeiras que apresentam aos gestores do negócio, sendo estes um veículo transmissor de informação aos investidores sobre a situação financeira da organização.
- **Divulgação dos resultados no relatório de auditoria financeira:** No decorrer da sua atividade, as organizações divulgam diversas informações aos indivíduos ou entidades que possuam direitos sobre a atividade. Ora, essas informações são fundamentais na tomada de decisões que determinam a gestão da organização, uma vez que em função da informação divulgada os indivíduos tomam conhecimento dos acontecimentos empresariais e assim estabelecem ações ou decisões a tomar.

De facto, a atividade das organizações afeta a conduta dos agentes económicos e por esse motivo emerge a necessidade de analisar a atividade e em que medida a informação divulgada

é credível e transparente. Assim, o destaque da auditoria ascende conforme o valor da informação apresentada nos relatórios anuais.

1.3. Métodos, técnicas e fases

“Os métodos são os processos racionais e orientados de acordo com normas específicas que hão de conduzir o auditor na direção do resultado desejado.”

“As técnicas são os meios ou instrumentos que o auditor utiliza na realização do seu trabalho e que lhe possibilitam formar uma opinião.”

Como podemos observar nas duas afirmações acima, segundo o Tribunal de Contas (Volume I), deve ser definido o sentido e o alcance dados aos métodos e às técnicas utilizadas durante a atividade, isto é, definir o seu conteúdo no âmbito da auditoria. A complexidade e o volume das operações realizadas pelas organizações, definem quais as técnicas mais adequadas, sendo estas aplicadas por meio de provas seletivas, testes e amostragem. Assim, o auditor recorre a um conjunto diversificado de procedimentos que auxiliam na formação de uma opinião e que variam de acordo com o tipo de atividade, podendo classificar-se meios gerais ou específicos. Os procedimentos gerais têm aplicação nas várias fases de execução do trabalho e contêm técnicas de verificação como a inspeção, a observação, a entrevista, a confirmação, a análise e o cálculo. Por sua vez, os procedimentos específicos apenas têm aplicação em determinadas áreas e tipos de auditoria, deste modo, o auditor deve sempre fundamentar e comprovar através de informações irrefutáveis o seu parecer.

Relativamente às fases de auditoria, qualquer processo deve ser dividido em três grandes fases sequenciais, cuja observância é determinante para o sucesso independentemente dos objetivos da organização. Posto isto, o compromisso, planeamento, execução, avaliação e elaboração do restivo relatório são consideradas as fases mais importantes do processo de auditoria.

Iniciando pela fase do planeamento, fase esta de grande relevância, pois um mau planeamento pode conduzir a falhas e erros que podem colocar em causa todo o processo. Segundo a ISA 300, o objetivo do auditor é planear o processo por forma a ser o mais eficaz possível, estabelecendo uma estratégia global de auditoria que fixe o âmbito, a tempestividade e a direção, e que o oriente no desenvolvimento do plano. Tendo em conta Costa (2010), o auditor deve planear o trabalho de campo e estabelecer, a natureza, extensão, profundidade e oportunidade dos procedimentos a adotar, com vista a atingir um nível de segurança, e tendo em conta a determinação do risco de auditoria e definição dos limites de materialidade, desta forma, deve obter-se um estudo preliminar, com o objetivo de atingir um conhecimento pormenorizado da entidade a auditar.

Posteriormente surge a fase de execução, isto é, efetua-se um exame e avaliação dos controlos estabelecidos de modo a constituir um programa de trabalho. Esta avaliação do controlo existente na organização, tem como objetivo aferir a fiabilidade e grau de confiança, uma vez que deste dependerá a minúcia do trabalho efetuado, bem como o tipo de testes a aplicar. No que concerne à elaboração do programa de trabalho, o auditor deve identificar detalhadamente as áreas, operações, registos ou documentos a analisar, tendo em conta os objetivos pré-definidos fazendo menção aos procedimentos adotados. Assim, devem ser realizados programas pormenorizados para cada uma das áreas a examinar que constituirão os dossiers correntes de auditoria.

Por último ocorre a fase de avaliação e elaboração do relatório, nesta fase é elaborada uma retrospectiva sobre o trabalho realizado, esclarecendo os pontos fundamentais e desenvolvendo uma conclusão. Este relatório deve contemplar as atividades e os programas ou projetos auditados e observar correta e imparcialmente os factos constatados, deve ser desenvolvido com base em objetivos claros, de concisão e exatidão. Tendo em conta a ISA 700, o relatório deve conter uma expressão clara da opinião do auditor sobre as demonstrações financeiras, este deve avaliar as conclusões extraídas da prova de auditoria obtida como a base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras e deve mencionar quais os princípios observados no período em exame.

1.4. Auditoria interna vs Auditoria externa

Com o decorrer do tempo a auditoria desfragmentou-se em diversas vertentes de modo a corresponder aos objetivos pretendidos, sendo que estes eram alvo de alterações constantes com a evolução dos tempos. Desta forma, emergiram diversas vertentes da auditoria, tais como, a auditoria ambiental, fiscal, de sistemas, entre muitas outras. Neste capítulo serão explanados os principais tipos de auditoria, isto é, a auditoria externa que compreende a auditoria às demonstrações financeiras, e a auditoria interna que se designa por auditoria operacional ou de gestão (Crepaldi, 2004).

Ainda que estes dois tipos de auditoria gerem atividades semelhantes, apresentam um relevo distinto, isto é:

- A auditoria interna centra-se no apoio à gestão na tomada de decisões essencialmente estratégicas.
- A auditoria externa tem como base a revisão global das atividades da organização.

Tendo como base o Institute of Internal Auditors (2009), a auditoria interna é uma atividade independente e precisa, estruturada para acrescentar valor e melhorar as operações de uma organização. Segundo Jund (2001), a auditoria interna pode ser determinada como “uma atividade de avaliação independente, virada para o exame e avaliação da adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controlo, assim como da qualidade do desempenho das áreas, em relação às atribuições e aos planos, às metas, aos objetivos e às políticas definidas para as mesmas”. Apresenta como principal desígnio a verificação dos diferentes procedimentos e sistemas de controlo interno instituídos pela organização objeto de análise, com o intuito de estabelecer se estes atuam conforme o previsto e por outro lado disponibilizar à direção possíveis mudanças ou melhorias nos mesmos. Por conseguinte, a auditoria interna auxilia os membros da organização no desempenho eficaz das suas responsabilidades, facultando análises, apreciações, recomendações, conselhos e informações respeitantes às atividades analisadas, contribuindo desta forma para o apoio do órgão de gestão no cumprimento dos objetivos organizacionais, revelando-se decisiva ao nível da gestão de risco organizacional, cujo crescimento tem evoluído na gestão das organizações.

Relativamente à auditoria externa, com base em Franco Marra (2000), esta é caracterizada por ser uma atividade desenvolvida através de profissionais liberais, isto é, um auditor independente desprovido de qualquer vínculo de emprego com a entidade para a qual efetuará a auditoria, tendo como propósito dar credibilidade a informações constantes nas demonstrações financeiras perante os diversos utilizadores das mesmas. Compreende a revisão e verificação da situação contabilística de uma entidade, com o objetivo de formular uma opinião profissional independente sobre a credibilidade da sua apresentação e elaboração, este tipo de auditoria pode ser definido como um serviço público prestado por profissionais qualificados, que consiste na realização segundo normas e técnicas específicas, de uma revisão das demonstrações financeiras da empresa. Esta revisão visa expressar uma opinião independente sobre se as mesmas apresentam adequadamente a situação económico-financeira da empresa num dado momento, analisar os seus resultados durante um determinado período, e se as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites.

É possível identificar como característica partilhada por ambas as práticas de auditoria a independência do auditor, isto é, quer seja externo ou interno o auditor deve possuir uma independência total não podendo nunca ceder a imposições, da organização auditada, no que toca ao procedimento a seguir.

Concluindo, o auditor interno atua como funcionário da organização para qual audita, e não deve estar subordinado àquele cujo trabalho examina (Almeida, 2003), uma vez que independentemente do laço profissional, este deve efetivar a sua tarefa em conformidade com as normas e procedimentos de auditoria (Franco Marra, 2000). Em contrapartida, os auditores externos atuam com a finalidade de emitir um parecer sobre as demonstrações financeiras revistas, a fim de transmitir a acionistas e colaboradores se as transações efetuadas na organização são seguras, sendo fundamental o rigor da informação inerente ao parecer.

1.5. Comparação e relação entre auditorias

Em seguida, de modo a aprofundar as duas auditorias em análise, serão estabelecidas algumas comparações e a relação entre as duas vertentes.

Iniciando pelos auditores externos, estes exercem uma função essencial na avaliação dos controlos internos por via das suas praticas, facultando referências para eventuais melhoramentos nomeadamente na eficiência e eficácia dos controlos internos. Relativamente aos auditores internos, estes examinam e proporcionam uma salvaguarda de gestão de risco e estabelecem os controlos internos a ser executados por forma a alcançar os objetivos pré-definidos, devem ainda identificar as falhas existentes e indicar melhoramentos a efetuar para combater as mesmas.

No quadro 2, serão apresentadas as características das duas auditorias em análise, salientando pontos divergentes e convergentes entre elas.

Quadro 2 - Características de ambas as vertentes de auditoria.

Critério	Auditoria Interna	Auditoria Externa
▪ Vínculo laboral	Incluído nos quadros da organização	Profissional Independente
▪ Quem delibera	Órgão de gestão (processo de recrutamento de pessoal)	Assembleia-Geral de acionistas ou o conselho de administradores
▪ Metas de procedimento	Satisfazer os interesses da entidade, melhorando o desempenho dos restantes serviços	Certificação das demonstrações financeiras e avaliação do sistema de controlo interno, relativamente a aspetos contabilísticos
▪ Destinatários de trabalho	Órgão de gestão	Acionistas e outros utilizadores externos
▪ Âmbito de auditoria	Alargado, estendendo-se a todas as funções da organização	A verificação é focada nas questões que determinam a situação financeira e o desempenho da empresa
▪ Atividade no tempo	Permanente e contínua	Periódica, de forma intermitente e em momentos adequados para a certificação de contas
▪ Remuneração do auditor	Definida pelo órgão de gestão, de acordo com a tabela de remunerações da entidade	Estabelecida contratualmente, com mínimos estipulados na lei
▪ Relação entre auditorias	Utiliza técnicas e processos de auditoria externa	Adapta o seu plano de trabalho conforme a qualidade e dimensão do trabalho da auditoria interna
▪ Produto final	Recomendações de controlo interno e eficiência administrativa	Emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras materialmente relevantes
▪ Responsabilidade	Trabalhista	Profissional. civil e criminal

Fonte: Mattos (2011)

Apesar de possuírem distintos níveis de complexidade, as duas auditorias têm interesses comuns levando a uma Inter-relação de trabalho, sendo efetuadas habitualmente com recurso a técnicas semelhantes distinguindo-se apenas quanto à sua extensão. Assim sendo, o trabalho desenvolvido por ambas as auditorias deve ser conduzido de modo a completar-se e a impedir a realização de funções repetidas, atingindo desta forma patamares de eficiência mais elevados.

Esta coordenação entre atividades é de grande relevância para ambos os auditores, observando a ótica do auditor externo podemos verificar que a interação é benéfica na medida em que possibilita o aumento da eficiência da auditoria das demonstrações financeiras, na perspetiva do auditor interno esta interligação constitui um aumento de informações fulcrais na avaliação dos controlos de risco (Dobroteanu, 2002).

Em baixo serão apresentados alguns pontos da ISA 610, de modo a reforçar a importância desta relação entre auditorias:

1. Os objetivos da auditoria interna oscilam consoante as exigências da administração, à medida que a preocupação central da auditoria externa é verificar se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Deste modo, a função da vertente interna é estipulada pela administração e os seus objetivos divergem da vertente externa.
2. Por sua vez, o auditor externo deve ter uma perceção das atividades de auditoria interna, de maneira que consiga identificar e avaliar os riscos de distorção materialmente consideráveis das demonstrações financeiras, planeando e exercendo procedimentos extra.
3. Quando se considera importante para a avaliação de risco, a auditoria interna fica sujeita a uma avaliação por parte do auditor externo.
4. Esta interação torna-se mais produtiva quando planeada num intervalo de tempo adequado, o auditor externo deve ter acesso aos relatórios de auditoria interna e ser informado quando existir algum assunto de relevo que possa afetar o trabalho deste, bem como o auditor interno deve dispor de quaisquer informações que comprometam indireta ou diretamente a sua atividade. Deste modo, os dois auditores devem permanecer em constante contato afim de proporcionar uma boa troca de informações.

Identificada a relação entre a auditoria externa e interna, importa distinguir claramente as funções de um auditor externo e as funções de um auditor interno, assim o quadro seguinte evidência as principais diferenças entre os dois auditores.

Quadro 3 - Diferenças entre o auditor interno e externo.

Auditor Interno	Auditor Externo
<ul style="list-style-type: none"> - Normas profissionais; - O objetivo é responder às necessidades da administração, contribuindo para o fortalecimento do sistema de controlo interno da organização; - O trabalho é subdividido tendo em conta as áreas operacionais e as linhas de responsabilidade administrativa; - Deve ser independente em relação às pessoas cujo trabalho examina, sendo, no entanto, subordinado da administração; - O controlo interno é avaliado a fim de poder expressar opinião acerca da eficácia ou eficiência da operacionalidade da entidade; - A avaliação das atividades é contínua; - Os relatórios não são dotados de “fé pública”, embora devam ser elaborados com o máximo de objetividade; - Não pode fazer parte do conselho fiscal, tem de conduzir a sua atividade com diplomacia, objetividade e independência. Tem de ser hábil nas relações humanas e na forma de comunicação. Tem de se impor sobretudo pela sua competência e pelos seus conhecimentos; - Acompanha permanentemente a atividade da organização, o que lhe proporciona um melhor conhecimento do negócio, conferindo-lhe maior sensibilidade em relação a tudo o que se refere à entidade onde trabalha. 	<ul style="list-style-type: none"> - Normas definidas por lei, para além das normas éticas e técnicas definidas para a profissão; - O objetivo é atender às necessidades de terceiros no que diz respeito à credibilidade das informações financeiras. A avaliação do controlo interno é feita, principalmente, para determinar a extensão, profundidade e calendarização das avaliações a efetuar às contas; - O trabalho é subdividido, tendo em conta os elementos das demonstrações financeiras; - Deve ser independente em relação à Administração, havendo na lei incompatibilidades específicas, gerais, absolutas e relativas; - A opinião acerca do controlo interno tem a ver com a segurança das operações e não com a eficácia e eficiência dos recursos; - O exame das informações das demonstrações financeiras é descontínuo; - A “certificação legal de contas” é dotada de “fé pública”, só podendo ser impugnada judicialmente; - O acompanhamento é intermitente, acompanhando, normalmente, várias organizações. Detém um fraco conhecimento a cerca das organizações auditadas, no entanto poderá deter uma vasta experiência, fruto das inúmeras organizações auditadas.

Fonte: Morais, 2007

Em suma, este primeiro capítulo teve como propósito proporcionar ao leitor um conhecimento um pouco mais abrangente da atividade de auditoria, identificando as suas principais vertentes, ou seja, externa e interna.

O capítulo seguinte, tem como objetivo demonstrar a importância do auditor interno, uma vez que nos dias que correm este assume uma posição pró-ativa nas organizações acrescentando-lhes valor. Assim, a vertente interna da auditoria será estudada de forma mais pormenorizada, uma vez que este é o objeto de análise da presente dissertação.

Capítulo 2 – Auditoria Interna - No Desempenho Organizacional

2.1. Breve evolução

De acordo com diversas teorias, e como podemos comprovar no capítulo anterior, a auditoria é uma atividade de grande importância utilizada desde os antepassados até à atualidade, contudo tem sido alvo de algumas alterações por forma a acompanhar a evolução da sociedade.

Por forma a clarificar as alterações sofridas com o passar do tempo, serão explanados conceitos bastante distintos, avançados pelo Institute of Internal Auditors (2009):

- “A auditoria interna é determinada pela atividade de avaliação independente, implementada numa organização com o fim de verificar e avaliar a sua performance. A vertente interna da auditoria tem como principal objetivo contribuir para o cumprimento eficaz das responsabilidades dos membros da organização, facultando-lhes análises, avaliações, recomendações e informações relacionadas com a atividade em causa. Deste modo, o principal objetivo passa pela promoção de um controlo eficaz e por sua vez custos razoáveis.”

- “É uma atividade independente, de avaliação objetiva e de consultoria, designada para acrescentar valor e melhorar o normal funcionamento de uma organização, facilitando na obtenção dos objetivos pré-definidos por via de uma abordagem sistemática e disciplinada, na avaliação da eficácia dos processos de gestão do risco, do controlo e de governação.”

Observando as duas definições acima apresentadas, concluímos que com o passar do tempo os conceitos sofreram algumas alterações, isto é, a versão clássica conceitua a auditoria interna com uma atividade para examinar e avaliar a organização, focando-se na performance eficaz do sistema de controlo interno. Comparativamente, 9 anos depois, tendo em conta o conceito mais atual, a auditoria é considerada como uma via promissora de valor, enriquecendo as operações de uma organização como uma abordagem sistemática e disciplinada.

Com base em Teixeira (2006), a causa desta evolução deve-se ao facto de as necessidades das organizações acompanharem o passar do tempo, isto é, sofrem algumas alterações com o princípio de se adaptarem ao contexto onde se inserem, desta forma, também a auditoria se deve adaptar às novas exigências e assim acompanhar a evolução dos tempos, fazendo corresponder as suas funções às novas imposições.

Deste modo, tendo em vista a definição mais atual, a auditoria interna corresponde a uma via de diagnóstico de riscos ligados ao negócio e as possíveis perdas que dele possam advir, auxiliando a gestão num cumprimento das suas funções de forma mais eficaz por meio de apoio na gestão de risco, controlo interno e governo das sociedades.

Segundo Pinheiro (2008), “a auditoria interna visa apoiar a gestão de topo e os gestores operacionais, a detetar os riscos negativos das atividades e contribuir com sugestões de ações corretivas, tendo em vista uma perspetiva de criação de valor cliente e valor acionista”.

No entanto, referenciando Jund (2001), “o auditor interno sofre constantes alterações por via de novos conceitos por forma a adaptar-se às necessidades de gestão empresarial, meio este em que a auditoria interna se torna uma grande aliada, verificando as atividades

operacionais e de apoio, bem como avaliando a eficiência e eficácia do controlo interno, aumentando constantemente a necessidade de que o auditor interno tenha participação na estratégia da organização, contribuindo com opiniões e sugestões”.

Tendo em conta Castanheira (2007), a auditoria interna dos tempos modernos associa o trabalho desempenhado pelo auditor interno com os fatores-chave de sucesso das organizações e os seus procedimentos essenciais. Posto isto, a auditoria interna progrediu de uma especificidade quase única da área financeira para incorporar variados temas tão diferenciados como os riscos dos processos e sistemas de negócio, segurança, responsabilidade social, ambiente, sustentabilidade, entre outros. Citando Sousa (2006), “o auditor interno atual deve ter capacidade para acompanhar a evolução dos mercados cada vez mais exigentes”.

Sintetizando, numa fase inicial a vertente interna da auditoria focava-se apenas na análise intermitente do sistema de controlo interno agindo após a ocorrência dos factos, tal como demonstra Barreiro (2007), “a auditoria interna dentro da organização é extremamente discreta, manifestando-se apenas quando ocorrem situações problemáticas”. Presentemente, “a função da auditoria não deve ser apenas para auxiliar ou até salvar o naufrago”, deste modo, tendo em vista este novo conceito, a auditoria interna sofreu uma larga expansão, sendo que, para lá da frequente análise dos controlos interno, passa a identificar e a analisar os riscos, começando a adotar uma postura pró-ativa com uma visão direcionada para o futuro (Barreiro, 2007).

2.2. Importância nas organizações

Segundo Almeida (2003), “a auditoria interna é de grande importância para as organizações, uma vez que ajuda a eliminar desperdícios, simplificar tarefas, serve de ferramenta de apoio à gestão e transmite informações aos administradores sobre o desenvolvimento das atividades executadas”. Efetivamente, a auditoria interna beneficia uma organização em termos de liderança, e eficácia na criação e manutenção de controlos internos.

Citando Barreiro (2007), “um departamento de auditoria interna, competente e atuante pode atempadamente evitar a eclosão de fraudes ou de outro tipo de comportamentos lesivos quer morais quer materiais, antiéticos ou de natureza desviante”.

Contudo, na opinião de Teixeira (2006), o auditor interno é visto como um sócio estratégico da gestão, uma vez que exerce um papel de assessor e consultor na identificação dos riscos e deve propor estratégias que possibilitem à organização melhorar o seu desempenho dentro do setor económico. Assim, “o sucesso da organização representa o sucesso de toda a função de auditoria interna e de cada profissional em particular” (Miller, 2008).

De facto, o auditor fornece a garantia de que as demonstrações estão de acordo com os princípios da contabilidade, segundo Franco Marra (2000) é possível destacar algumas das vantagens mais significativas da auditoria interna:

- Fiscaliza a eficiência dos controlos internos;
- Assegura maior correção dos registos contabilísticos;
- Emite uma opinião sobre a adequação das demonstrações;
- Dificulta desvios de bens patrimoniais e pagamentos indevidos de despesas;
- Possibilita o apuramento de omissões no registo de receitas, na realização oportuna de créditos ou na liquidação de débitos;
- Contribui para obtenção de melhores informações sobre a real situação económica, patrimonial e financeira das organizações;
- Aponta falhas na organização administrativa da organização;
- Possibilita melhores informações sobre a real situação económica, patrimonial e financeira da organização;
- Assegura maior exatidão dos resultados apurados.

Sintetizando, a atividade do auditor interno numa organização é essencial na medida em que apoia o sucesso da organização, desta forma, é necessário que o auditor esteja inteirado de todas as estratégias de negócio no crescimento da organização, de modo a atualizar os planos a aplicar sendo que estes devem espelhar as condições atuais da organização. Este deve ainda obter um conhecimento extensivo do negócio, por forma a elaborar planos de auditoria o mais abrangentes possível, de acordo com as necessidades e mais adequados (Miller, 2008). Concluindo, a auditoria interna é benéfica numa organização na medida em que facilita a obtenção dos seus objetivos.

2.3. Informação e tomada de decisões

A informação ostenta cada vez mais importância nos dias que correm, chegando a ser considerada como um fator determinante de sucesso, sendo fundamental na descoberta de novas tecnologias ou para aproveitar as oportunidades de investimento. Constitui assim um utensílio imprescindível no processo de tomada de decisão, isto é, informações de qualidade diminuem as inseguranças que o futuro representa, permitindo deste modo tomar decisões com maior probabilidade de sucesso.

“A informação auxilia no processo de decisão, pois quando devidamente estruturada é de crucial importância para a empresa, associa os diversos subsistemas e capacita a empresa a

atingir os seus objetivos”, isto é, com base em Oliveira (1992), as vantagens obtidas com as decisões corretas adquiridas através de informação pertinente, traduzem-se no sucesso da organização.

Por conseguinte, a organização deve otimizar os recursos frequentemente de modo a fazer face ao aumento da concorrência, sendo que, um dos maiores obstáculos encontra-se na instabilidade proeminente do futuro. Esta dificuldade sentida no processo de tomada de decisão racional, pode ser ultrapassada através da ajuda de um bom modelo de decisão, isto é, se o modelo for sustentado por informações concisas e apropriadas pode auxiliar de forma vantajosa a tomada de decisão. Assim sendo, com a cooperação da auditoria interna, através da atividade de supervisão e controlo interno, os órgãos de administração tomam decisões assentes em informações explícitas e verídicas recolhidas diariamente.

Segundo Beuren (2000), “A produção de um sistema de informação que ajude o gestor a melhorar as suas decisões não depende apenas da identificação dos modelos decisórios dos gestores e das suas necessidades informativas. Na maioria das vezes é necessário repensar o próprio modelo de decisão, e utilizar informação adicional para determinar a probabilidade de ocorrência de cada estado da natureza, a fim de reduzir o problema da incerteza”. Esta informação referida por Beuren, traduz-se na informação disponibilizada pela auditoria interna considerada como suplementar no processo de construção de um modelo de decisão, reduz o problema da incerteza uma vez que o auditor interno desenvolve a sua atividade com o fim de promover a eficiência, disponibilizando informações fidedignas e apropriadas para uma tomada de decisão.

Desta forma, podemos considerar a auditoria interna como uma via de gestão, assumindo um papel pró-ativo de ampla e contínua atuação. É considerada a via mais adequada no apoio à gestão na tomada de decisões, uma vez que dispõem de informações de todos os setores existentes na organização, explorando todos os processos, serviços bem como controlos da entidade. Ora, esta visão privilegiada, permite ao auditor interno minimizar os riscos que as organizações estão expostas, adicionando-lhes valor.

2.4. Controlo interno

Tendo como base Institute of Internal Auditors (2009), “o controlo interno pode ser definido como qualquer ação empreendida pela gestão e outros membros da entidade, para aperfeiçoar a gestão do risco e melhorar a possibilidade de alcance dos seus objetivos e metas”. Isto é, o controlo interno deve ser tido como um ponto vital em qualquer organização tendo em vista o sucesso, sem ele torna-se inviável a gestão da entidade. Resumidamente, na atualidade a gestão eficaz de uma organização passa inevitavelmente por o recurso a um sistema de controlo interno consistente e adequado.

Assim, verificando os investimentos ocorridos no melhoramento dos sistemas de controlo interno, podemos concluir que na última década sofreram um forte aumento, o que significa que cada vez mais as organizações apostam nesta vertente. O COSO (2009) apresenta dois motivos que justificam este forte aumento:

1º “Um bom controlo interno torna-se um bom investimento para a organização, uma vez que ajuda a assegurar que os objetivos operacionais, financeiros e de conformidade são alcançados”;

2º “Muitas organizações são obrigadas a relatar sobre a qualidade dos controlos internos acerca dos relatórios financeiros, nomeadamente as organizações sujeitas à lei Sarbanes-Oxley”.

A fim de percebermos um pouco melhor o que constitui o sistema de controlo interno, em seguida será apresentado um quadro explicativo com base no Banco de Portugal (2008).

Quadro 4 - Objetivos de um sistema de controlo interno.

Entende-se por *sistema de controlo interno* um conjunto de estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos definidos pela gestão executiva que visa garantir:

- **Objetivos de desempenho** – Isto é, um desempenho eficiente e rentável da atividade que assegure, a utilização eficaz dos ativos e recurso, a continuidade do negócio através de uma adequada gestão e controlo dos riscos da atividade, a prudente e adequada avaliação dos ativos e responsabilidades, implementação de mecanismos de proteção contra utilizações não autorizadas, intencionais ou negligentes.

- **Objetivos de informação** – Ou seja, a existência de informação financeira e de gestão, completa, pertinente, fiável e tempestiva, que suporte as tomadas de decisão e processos de controlo, tanto a nível interno como externo.

- **Objetivos de conformidade ou compliance** – Portanto, o respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, incluindo a prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, assim como das normas e usos profissionais e deontológicos, das regras internas e estatutária, das regras de conduta e de relacionamento com os stakeholders.

Fonte: Banco de Portugal (2008)

Citando Jund (2001), “o auditor interno sofre constantes alterações por via de novos conceitos e necessidades da gestão empresarial, desta forma, a auditoria interna é vista como uma grande aliada revendo as atividades operacionais e de apoio, tal como avalia a eficiência e eficácia do controlo interno, aumentando assim a necessidade de que o auditor interno tenha participação na estratégia da empresa, contribuindo com opiniões e sugestões”.

Contudo Russo (2004), desenvolve uma opinião um pouco distinta, acreditando que esta importância atribuída ao controlo interno passa pela globalização dos mercados e o crescimento

da concorrência entre empresas. Desta forma, as organizações são forçadas a melhorar e aperfeiçoar os processos de gestão com o objetivo de permanecer nos mercados cada vez mais severos.

Não obstante, tendo como base AICPA (2005), não é possível afirmar que um sistema competente de controlo interno se traduza numa garantia exata de sucesso da organização, melhor dizendo, um sistema de controlo interno acarreta sempre algumas limitações nutrindo sempre a possibilidade da existência de avarias, erros ou enganos, provocando decisões dissimuladas. Deste modo, a AICPA conclui que um sistema de controlo interno poderá apenas desenvolver garantias razoáveis.

De facto, a confiança no sistema de controlo interno é fundamental para a atividade desempenhada pelo auditor, pois a segurança depositada nos controlos proporciona ao auditor grande influência tanto na natureza como na amplitude da auditoria desenvolvida. Por sua vez, mencionando a AICPA (2005), “a auditoria interna desempenha um papel importante na monitorização do sistema de controlo interno e ao proceder à sua avaliação contribui para a eficácia contínua do sistema de controlo interno”.

No entanto, nem tudo são pontos a favor, existem algumas condicionantes no decorrer do processo de implementação de um sistema de controlo interno, destacando-se a relação custo/ benefício. Em resultado do surgimento da crise financeira mundial, um vasto numero de organizações vive condicionada pela limitação de recursos, posto isto, e salientando o custo que acarreta a implementação de um sistema de controlo, o auditor deve refletir os benefícios que dele resultam. Em concordância com o INTOSAI (2008), “os controlos dependem de uma vantajosa relação entre benefícios e custos, sendo que estes devem ser inferiores à perda decorrente da consumação do risco não controlado”.

Em suma, após a implementação de um controlo a organização pode ficar sujeita a uma situação de controlos em excesso, isto é, o custo é superior ao benefício, no entanto, também pode ocorrer uma exposição excessiva ao risco, ficando assim numa situação de ausência de controlos. Assim, é importante salientar que em determinadas organizações, quando a implementação de controlos internos acarreta custos superiores aos benefícios que proporcionam, é aconselhável assumir alguns riscos em consequência da não implementação.

Como podemos verificar mais à frente no próximo subcapítulo, no âmbito da importância dos controlos internos, a lei SOX adiciona alguma robustez salientando a sua relevância no combate à fraude.

2.5. Fraude

No decorrer da sua atividade, o auditor interno não tem como principal função a deteção de erros ou fraudes, no entanto, é possível que surjam algumas situações sendo fundamental a tempestividade das ações levadas a cabo, conforme a situação o exija.

Tendo como base a ISA 240 – The auditor's responsibilities relating to fraud in a audit of financial statements, as distorções nas demonstrações financeiras podem advir de fraudes ou de erros, que dependendo da sua extensão, implicam ou não impactos materialmente relevantes nas peças financeiras. A diferença entre as duas situações reside na intenção com que as mesmas são praticadas, isto é, o erro constitui uma distorção da informação financeira sem intenção de causar prejuízos, por outro lado, a fraude consiste numa distorção da informação financeira com intenção de causar prejuízos.

Segundo a ISA, as distorções materialmente relevantes nas demonstrações financeiras provenientes de atos intencionais, podem ser devidas quer a relato financeiro fraudulento quer a apropriação indevida de ativos, vulgo desvios.

A vertente de relato financeiro fraudulento, abrange distorções intencionais incluindo omissões de quantias ou de divulgações nas demonstrações financeiras para ludibriar os utilizadores das mesmas. Das mais recorrentes, é possível destacar as seguintes distorções:

- Manipulação, falsificação ou alteração de registos contabilísticos ou da documentação suporte das peças contabilísticas;
- Errada aplicação dos princípios contabilísticos geralmente aceites de forma intencional;
- Apresentação inadequada ou omissão intencional nas demonstrações financeiras de factos, transações, ou outras informações relevantes.

Ainda no mesmo âmbito, o relato financeiro fraudulento abarca situações como a desconsideração deliberada de controlos de irrepreensível funcionamento anteriormente fixados, através de ações praticadas pelos gestores. Esta desconsideração, pode traduzir-se em lançamentos contabilísticos sem suporte documental válido ou fiscalmente aceite, ou ainda antecipando, diferindo, ou omitindo o reconhecimento nas demonstrações financeiras de determinadas operações decorridas no período em causa, ou até mesmo alterando registos e transações significativas e incomuns.

A sensibilidade dos auditores no encaminhamento das análises efetuadas e uma constante verificação do princípio da especialização, são de uma importância fulcral, isto é, é essencial a comparação dos registos contabilísticos com os documentos de suporte de todas as transações por forma a verificar a sua veracidade, validade e rigor aritmético. Ora vejamos, as operações que não são habituais na organização não são sujeitas ao controlo do auditor tornando-se vulneráveis a distorções, sendo que a sua identificação numa simples análise de auditoria financeira se torna improvável.

Relativamente à apropriação indevida de ativos, grande parte dos roubos de ativos são efetuados pelos próprios colaboradores da organização e em montantes imateriais, no entanto, podem ocorrer casos praticados pelos gestores, uma vez que estes possuem conhecimentos técnicos e detêm aptidões para disfarçar ou dissimular os seus atos, dificultando a sua deteção. Entre os casos mais expressivos salientam-se o desvio de cobranças, roubo de ativos fixos tangíveis, bem como o pagamento de bens ou serviços não recebidos.

Ora, esta apropriação indevida de ativos é grande parte das vezes seguida de registos ou documentos forjados por forma a encobrir o ato, quanto maior a possibilidade de os ativos roubados serem substituídos por outros, mais acessíveis se tornam ao roubo, situação esta que as organizações devem considerar aquando do seu combate. Desta forma no desempenho das suas tarefas, e caso tenha conhecimento de problemas que envolvam determinados colaboradores, o auditor deve ter em conta tais acontecimentos na avaliação de risco.

Assim, os fatores de risco referentes a distorções provenientes de relato financeiro fraudulento que mais se destacam são:

- Setores excessivamente concorrenciais, cujos níveis de lucratividade e estabilidade da organização estejam em risco;
- Elevado grau de concorrência ou saturação do mercado face aos produtos/serviços oferecidos, bem como a queda das margens;
- Vulnerabilidade elevada e constantes alterações em tecnologia do produto ou de taxas de juro das operações contratadas;
- Declínios abruptos na procura, quer seja particular ou na sociedade em geral;
- Prejuízos contínuos que produzem sucessivos resultados negativos, pondo em causa a solvabilidade da organização;
- Resultados positivos, no entanto, com fluxos de caixa continuamente negativos;
- Crescimento exponencial ou anormal, tendo em conta o histórico da empresa ou do setor.

Apesar de no exercício das suas funções o auditor identificar fraudes, não lhe diz respeito verificar se a mesma de facto ocorreu, existindo para isso entidades adequadas. Os deveres dos auditores e a pressão que lhes é feita para que identifiquem situações fraudulentas ou simples erros, sofreram ao longo dos anos algumas alterações podendo ser aglomeradas em patamares:

- Até 1844: antes da revolução industrial a atividade da auditoria pouco se fazia sentir, tinha como objetivo principal a deteção de fraudes na utilização de fundos. A preocupação centrava-se na “utilização honesta e apropriada de fundos” por parte dos responsáveis.
- Até 1920: os objetivos principais mantinham-se inalterados, era requerido aos auditores a condução da atividade com destreza e cuidado adequado às circunstâncias.
- Até 1960: em consequência do agitado panorama económico que se fazia sentir, assim como o constante crescimento da massa empresarial tanto a nível de quantidade como de complexidade, o objetivo principal da auditoria viu-se alterado. A deteção de erros e fraudes deixou de ser o centro da atividade, dando lugar à verificação da verdade e da razoabilidade presentes nas demonstrações financeiras, de forma a serem consideradas na tomada de decisão pelos gestores, passando estes a serem os principais responsáveis pela deteção de erros e fraudes.

- Até 1980: na década de 60, a atividade da auditoria ultrapassava um ciclo de grandes complicações, os auditores recusavam-se a detetar fraudes ou simples erros e por esse motivo eram duramente criticados, uma vez que segundo as normas orientadoras existia uma necessidade de programação da atividade em função dessa mesma deteção, desde que os mesmos fossem materialmente relevantes.
- Após 1980: a partir da década de 80, os profissionais de auditoria voltaram a assumir responsabilidades na deteção e divulgação de fraudes.

Citando Almeida (2003), “a fraude pode ser cometida por uma só pessoa, ou resultar de um complô”, sendo que é possível descriminar as oportunidades e incentivos existentes, isto é:

- Incentivos à fraude:
 - Ir ao encontro das expectativas dos investidores;
 - Pressões orçamentais;
 - Pressão de objetivos;
 - Influenciar os credores de modo a que estes mantenham ou aumentem o crédito;
 - Fugir a penalizações por não atingir os objetivos.
- Oportunidades de fraude:
 - Controlos internos inadequados;
 - Poder distribuído apenas por uma pessoa, ou um numero reduzido de pessoas;
 - Transações complexas;
 - Organizações incluídas em setores de alto risco;
 - Inexistências de políticas éticas.

Tendo como base a ISA 240, um auditor não pode garantir a deteção de distorções, uma vez que está sujeito a limitações no decorrer da sua atividade, existindo desta forma um risco impreterível de algumas distorções não serem identificadas. No decorrer de um processo normal de auditoria, residem uma sucessão de comportamentos que se podem traduzir em evidências da presença de atos ilegais, em seguida serão referidos alguns deles:

- Inspeções levadas a cabo por serviços de finanças ou pagamentos de multas;
- Compras a preços significativamente distorcidos dos praticados no mercado;
- Transações incomuns com entidades com sede em países com regime fiscal mais favorável, isto é, paraísos fiscais;
- Pagamentos sem documentação fiscalmente válida;
- Falta de pagamento dos impostos devidos;
- Transações não autorizadas ou indevidamente registadas.

Posto isto, caso se identifiquem evidências da prática de atos ilícitos, devem ser postos em prática os seguintes procedimentos:

- O auditor deve documentar todos os acontecimentos, por forma a disponibilizar um suporte;
- Reunir com o Conselho de Administração, a fim de obter esclarecimentos para concluir se estes se encontravam a par, ou até se coadunavam com a situação;
- Obter acompanhamento do departamento jurídico.

Após a identificação do ato ilícito, os procedimentos a serem implementados pelo auditor são:

- Calcular qual o impacto das distorções nas demonstrações financeiras, e caso estas sejam com materialidade efetuar procedimentos adicionais ou modificar os previstos;
- Reconsiderar a relação com o cliente e avaliar a possibilidade de conclusão da parceria, assim como a denúncia do contrato;
- Comunicar o sucedido ao comité de auditoria;
- Informar as autoridades competentes caso a lei assim o exija.

Em suma, grande parte das situações de fraude com impactos relativamente consideráveis, são praticadas por colaboradores com cargos de autoridade no seio das organizações, esta situação é fortalecida, sobretudo, quando ocorre a acumulação de funções. Assim, um fator essencial para demover a fraude é de facto um controlo interno mais eficaz, no entanto a organização deve ter em conta que a implementação de um controlo interno mais eficaz traduz mais custos, devendo analisar a relação custo/benefício.

2.6. Papel do auditor interno no combate à fraude

Como se pode verificar no ponto anterior, as fraudes na área financeira têm sido a causa de várias alterações na função que um auditor interno deve ter numa organização. Posto isto, levantam-se questões como “qual a função dos auditores?”, “o auditor consegue antever a fraude?”, “não houve independência na função de auditoria?”, segundo Franco Marra (2000), “a vantagem da auditoria interna é a existência, dentro da própria organização, de um departamento que exerce controlo permanente, antes, durante e posteriormente aos atos levados a cabo pela gestão”.

Com o decorrer do tempo, os departamentos de auditoria interna desenvolveram utensílios válidos e úteis na prossecução da atividade, com vista a fortifica-la numa organização. Utensílios

como por exemplo os informáticos, têm desenvolvido o desempenho da atividade, sendo que a incessante procura por novas ferramentas deve também ser parte integrante da função, uma vez que também as organizações se encontram em constante evolução.

Ora, a função dos auditores internos não é a identificação de fraudes, no entanto esta deve ser a sua principal vertente. O objetivo da auditoria interna recai inicialmente no auxílio da gestão, facultando análises, recomendações e informações úteis, é desta forma possível determinar que auditor interno deve identificar as fraquezas, as causas, ponderar as consequências e obter uma solução levando os responsáveis a atuar.

Por norma, o caminho mais favorável para levar os responsáveis a atuar passa pela identificação das potenciais perdas em caso de imobilidade perante uma fraqueza, em detrimento do reconhecimento de um potencial ganho por tomar uma determinada medida. Grande parte das vezes o auditor interno é considerado como um elemento estranho à organização e não é bem-recebido, no entanto, estes profissionais devem ser encarados pela organização como uma via para responder às expetativas implementando medidas corretivas. No planeamento de uma auditoria, o auditor deve numa fase inicial familiarizar-se com a organização em causa, através de relatórios e contas de exercícios anteriores, notícias publicadas na imprensa, leitura das atas dos órgãos sociais e no caso de não se tratar de uma primeira auditoria, a análise do dossier permanente já elaborado. Na fase seguinte, deve ser elaborado um plano de auditoria e definidos quais serão os papéis de cada auditor, este plano deve obedecer a um conjunto de fatores, tais como:

- Objetivos pretendidos;
- Critérios orientadores;
- Âmbito que esta vai abranger, nomeadamente as áreas a auditar ou os processos a serem analisados;
- Duração, datas e locais da auditoria;
- Distribuição dos recursos disponíveis.

Com base nestes fatores, uma equipa de auditoria pode ser constituída por um diretor que coordena a atividade, chefes de equipa e ainda auxiliares, sendo que, o número de membros que compõem o gabinete varia conforme a organização e os recursos disponibilizados.

Neste âmbito, os auditores internos ao definirem os objetivos em cada atividade, devem considerar a probabilidade de erros com impacto materialmente relevante, fraudes e outras possíveis exposições a contingências.

2.7. Normas e diretivas

Em consequência dos erros e das distorções anteriormente mencionadas, surgiram normas, isto é, uma representação dos requisitos a analisar no cumprimento da atividade. Estas surgiram com o intuito de regulamentar a atividade a fim de evitar e combater as fraudes, contudo, as normas não regulamentam a atividade na sua plenitude, uma vez que o auditor imite um juízo pessoal, e não subsistem regras absolutas de aplicação a todas as situações com que o auditor se depara. A determinação das normas obedece a uma função de uniformidade profissional, evita conflitos entre os destinatários da informação e delimita a responsabilidade do auditor.

Tendo como base Morais (2007), Câmara (2008) e ECIIA (2012), a evolução dos normativos deve-se às alterações na gestão das organizações, alterações essas provocadas por uma sucessão de escândalos que levaram à produção de um código legislativo de gestão das organizações e de boas-práticas. A preocupação existente salientava a necessidade de um sistema de controlo interno que impossibilitasse a ocultação de atos ilícitos nas demonstrações financeiras, para dar resposta a esta preocupação surgiu a comissão Treadway Commission, constituída em 1987 (Ramamoorti, 2003; Câmara, 2008). As principais advertências desta comissão centravam-se na criação de um sistema de controlo interno, na existência de auditoria interna e na constituição de um comité de auditoria, esta comissão destacou ainda a importância da atividade no processo de reporte financeiro e a relevância da sua coordenação com o auditor externo (Swinkels, 2012).

Posteriormente surgiu o *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), com o objetivo de facultar um entendimento comum de controlo interno entre todas as partes, isto é, gestão, auditores internos e externos, legisladores, reguladores, académicos e população, e auxiliar o órgão de gestão no controlo da organização (Swinkels, 2012), concluindo que a melhor forma de prevenir a fraude é melhorar o controlo interno.

Em 2001, surge a publicação COSO *Enterprise Risk Management*, centrada nos controlos internos com foco para o tema de gestão de risco das organizações, no ano seguinte, em consequência de vários escândalos financeiros corporativos, é redigida a Lei *Sarbanes-Oxley Act*, também conhecida por SOX que será retratada em pormenor no subcapítulo seguinte.

Segundo Câmara (2008), o reconhecimento do papel da auditoria interna na gestão das organizações surge por via da Diretiva n.º 2006/43/CE, pois esta forçou a existência de poderes vigentes em relação à fiscalização da eficácia do sistema de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna.

Observando um pouco a situação em Portugal, a reflexão sobre a gestão das organizações não surgiu na sequência de escândalos financeiros societários, mas sim pela harmonização dos mercados financeiros, a reforma do Código das Sociedades Comerciais inseriu novas vertentes no que concerne à auditoria interna. Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, caso estes existam passou a ser

da competência de um único fiscal e do conselho fiscal, assim como da comissão de auditoria e do conselho geral e de supervisão.

Em 2008, foram transpostos para a ordem jurídica interna o conjunto de alterações com origem na Diretiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu, para além destas normas e diretivas a atividade da auditoria interna deve reger-se pelos princípios dos códigos de ética. De acordo com o Enquadramento Internacional de Práticas Profissionais de Auditoria Interna (IPAI, 2009), esta atividade é exercida a nível global e em distintos ambientes, variando consoante as organizações, complexidade, dimensão e estrutura, é por essa razão que a implementação das normas para a Prática Profissional de Auditoria Interna deve ser orientada no ambiente em que a atividade exerce as suas responsabilidades e nenhuma informação deve ser interpretada de forma a conflitar com as leis e regulamentos de cada país.

2.8. Implementação da lei Sarbanes-Oxley

Na sequência do ponto anterior, e analisando um pouco mais a auditoria a nível internacional, nos últimos anos esta tem sido alvo dos efeitos da globalização tanto a nível regulador, como a nível económico.

Recuando um pouco, no ano de 2002 instalava-se uma rigorosa crise a nível global, crise esta que ainda se faz sentir e provavelmente permanecerá nos próximos anos, nas causas desta crise encontram-se uma sequência de escândalos financeiros praticados por empresas fixadas nos Estados Unidos da América acreditadas como sérias e transparentes. Das diversas empresas envolvidas nestes escândalos destacam-se três de maior relevo, a Enron, uma das maiores potências mundiais em distribuição de energia, a Arthur Andersen, uma empresa de auditoria de grande destaque, ligada à queda da Enron sendo que lhe prestava serviços de auditoria e consultoria, e por último a WorldCom, apontada como a segunda maior empresa de telecomunicações dos EUA. Desde o Crash da bolsa em 1929, isto é, a famosa quinta-feira negra onde o mercado de ações sofreu uma queda avassaladora seguida de um longo período de recessão económica, que os mercados de capitais norte-americanos não se encontravam tão frágeis.

Após esta sucessão de escândalos financeiros, a confiança dos investidores e a credibilidade dos mercados financeiros e de capitais ficou fortemente abalada, permanecendo um clima de instabilidade descredibilizando as informações financeiras apresentadas pelas empresas, originando assim a queda das ações (Silva, 2007).

No seguimento desta crise profunda, e como tentativa de recuperar a confiança dos investidores impedindo uma descapitalização das empresas norte-americanas, surgiu a lei Sarbanes-Oxley implementada pelo congresso e governo norte-americano no dia 30 de Julho de 2002, também denominada como Sarbanes-Oxley Act teve origem nos senadores Paul Sarbanes

e Michael Oxley, um democrata de Maryland e um republicano de Ohio respetivamente. Esta lei tem como princípio “a proteção dos investidores através da melhoria da precisão e da fiabilidade das divulgações realizadas pelas empresas em conformidade com as leis dos valores mobiliários” (SEC, 2002), deste modo, estabeleceu novas responsabilidades e penalidades aos administradores no que concerne à fiabilidade e qualidade da informação financeira e à avaliação e monitorização da eficácia da estrutura de controlos internos. Esta nova lei concedeu ainda mais destaque ao papel desempenhado pelo auditor com incumbências imprescindíveis nas organizações, dado que as informações prestadas pelas empresas cotadas em bolsa passaram a constituir um bem público, isto é, uma responsabilidade social.

Posto isto, a lei SOX decompõem-se em onze capítulos, no entanto serão explanadas apenas as secções de relevo no contexto da auditoria:

- Na seção 302, o diretor executivo e financeiro assume responsabilidades como rever os relatórios financeiros, certificando-se que estes não contem informações irregulares e não encobrem factos materialmente pertinentes, estas informações financeiras explanadas no relatório devem transmitir a real situação financeira da organização no período a que respeita, assumem ainda responsabilidade pela implementação e manutenção dos controlos internos, devendo informar o Comité de Auditoria a cerca das falhas e fraudes materiais, ou até mesmo alguma alteração significativa. Ora, a auditoria interna representa nesta seção uma ferramenta imprescindível no progresso e manutenção dos sistemas de controlos internos, e mais tarde na exposição de informações pertinentes aos gestores de modo a permitir que estes assine os relatórios com a devida segurança.

- Na seção 404, a responsabilidade pela organização recai sobre o CEO e o CFO, isto é, a gestão dos sistemas e técnicas de controlos internos, bem como a avaliação dos mesmos a fim de determinar a sua eficácia ficam a cargo destes gestores. Serão ainda disponibilizados pela auditoria financeira dois pareceres sobre a avaliação efetuada por parte da administração e sobre a efetividade dos controlos aplicados.

Em suma, a lei SOA é de extrema importância quando os administradores manifestam comportamentos contraproducentes às imposições legais, na medida em que atua como mecanismo de controlo e contenção à atividade dos agentes. Tendo como base Grumet (2007), “a lei SOX contribuiu para o enriquecimento da responsabilidade corporativa e o aumento da confiança dos investidores nas grandes empresas e no mercado de capitais”. Assim, esta nova lei simplificou o processo de auditoria interna, ampliando os controlos internos e fortalecendo o papel do auditor interno ao nível da implementação e assistência dos controlos.

2.9. Corporate Governance

O corporate governance, surgiu como alternativa para reduzir os conflitos de agência, constituindo um mecanismo que visa alinhar os interesses dos stakeholders com os dos agentes. Tendo como base a CMVM, o governo das sociedades é “um sistema de regras e condutas relativo ao exercício da direção e controlo das sociedades emitentes de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado” (CMVM, 2007). Esta importância atribuída ao governo das sociedades adquiriu maiores dimensões após o grande colapso financeiro sentido a nível mundial, para dar resposta aos escândalos ocorridos foram tomadas medidas para proteger a transparência da informação, minimizar os conflitos de interesse e garantir a independência dos auditores, protegendo os interesses dos investidores e aumentando a confiança nos mercados de capitais.

Segundo Ahrens (2011) e Erkens (2012), as características associadas ao governo das sociedades diferem consoante as características específicas de cada país, bem como a legislação que lhe está associada e o grau de desenvolvimento do próprio mercado de capitais. A expressão “governo” está naturalmente associada ao poder político, tornando-se mais adequado referirmo-nos ao conceito enquanto governação para exprimir o controlo societário (Abreu, 2006).

Em Portugal, a governação corporativa está essencialmente relacionada com as sociedades anónimas e em particular com as emitentes de ações admitidas à cotação num qualquer mercado regulamentado. Tendo como base Câmara (2008), “o documento fundador do moderno Corporate Governance conhecido como relatório Cadbury, dirigia-se a sociedades cotadas em bolsa”.

O relatório Cadbury, cuja a publicação data a 1 de dezembro de 1992, define governação corporativa como um sistema através do qual as organizações são dirigidas e controladas, Abreu (2006), refere sucintamente a governação das organizações como “o complexo das regras (legais, estatutárias, jurisprudenciais, deontológicas), instrumentos e questões respeitantes à administração e ao controlo, ou fiscalização das sociedades”.

Os princípios da organização para a cooperação e o desenvolvimento económico (OCDE) adiantam ainda que “o governo das sociedades é uma componente fulcral na melhoria da eficiência e do crescimento económico, bem como no reforço da confiança do investidor. Assim, envolve um conjunto de relações entre a gestão da organização, o seu órgão de administração, os seus acionistas e outros elementos com interesses relevantes, o governo das sociedades estabelece ainda a estrutura através da qual são fixados os objetivos da organização e são determinados e controlados os meios para os alcançar. Um bom governo das sociedades deve proporcionar incentivos adequados para que o órgão de administração e os gestores prossigam objetivos que sejam do interesse da organização e dos seus acionistas devendo facilitar uma fiscalização eficaz” (OCDE, 1999).

Em suma, é possível definir a governação como um conjunto de processos, políticas, leis, regulamentos, procedimentos e instituições que regulam a forma como uma organização é

gerida e controlada, Barreiro (2007) aponta ainda três importantes áreas de intervenção, isto é, regras jurídicas relacionadas com a administração e prestação de contas, princípios de gestão de natureza económica, e orientações morais e de bom senso.

2.10. O risco e a sua gestão

Atualmente, em consequência do acentuado incremento das inovações tecnológicas e dada a conjuntura atual de grande mudança focada na globalização a gestão das organizações sofreu algumas mudanças, salientado mais do que nunca a gestão de risco do negócio. Existe uma crescente necessidade de criar um dispositivo de gestão de risco seguro que possibilite identificar, examinar, mensurar e monitorizar os riscos, uma vez que “ambientes instáveis e competitivos com tecnologias extremamente sofisticadas e com ciclos de vida cada vez mais breves, têm feito crescer o risco nas organizações” (Teixeira, 2006).

Desta forma, tendo como base Castanheira (2007), “a visão tradicional do risco tem sido alvo de algumas alterações ganhando novas formas, começando-se a dar cada vez maior importância ao conceito de gestão de risco. A abordagem tradicional que assentava numa gestão informal e descentralizada, onde cada área da organização gere os seus próprios riscos, torna-se cada vez menos frequente”.

Este risco mencionado anteriormente, consiste na hipótese da ocorrência de um evento que exerça um impacto na obtenção dos objetivos, este é avaliado pelo impacto causado e probabilidade de ocorrer (IIA, 2009). Estes eventos podem adquirir proveniência interna ou externa à organização, e consequentemente causar repercussões quer positivas quer negativas, tendo em conta o COSO (2009), “os que gerem impacto negativo representam riscos que podem impedir a criação de valor ou mesmo destruir o valor existente. Já os de impacto positivo podem representar a possibilidade de um evento ocorrer e influenciar favoravelmente a realização de objetivos”. Assim, é possível aferir que o risco pode ser identificado como a probabilidade de um evento resultar positiva ou negativamente na obtenção dos objetivos estabelecidos, constituindo assim uma componente intrínseca da atividade das organizações sendo de extrema importância a gestão que dele é feita.

Utilizando o COSO (2009) para definir gestão de risco, esta consiste num “processo desenvolvido pela administração, gestão entre outros, aplicado na definição estratégica ao longo da organização, construído para detetar potenciais eventos que possam afetar a entidade, e gerir os riscos para níveis aceitáveis, fornecendo uma garantia razoável de que os objetivos da organização serão alcançados”.

No entanto, Beja (2004) dispõem de uma opinião um pouco distinta e afirma que gestão de risco é um conjunto de meios utilizados na identificação, avaliação e divulgação do risco empresarial.

Para Cicco (2010), “a gestão de risco é desenvolvida como um processo interativo, que permite a melhoria contínua da tomada de decisões e do desempenho da organização”.

Citando Willsher (2007), “gestão de risco é o processo que pretende ajudar as organizações a compreender, avaliar e atuar sobre os seus riscos, de modo a aumentar a probabilidade de sucesso e reduzir a de fracasso”.

Desta forma, é possível concluir que a gestão de risco constitui um método para alcançar os objetivos, uma vez que criar valor implica assumir riscos (Azevedo, 2005). Posto isto, tendo em conta a atualidade bastante complexa e o constante crescimento dos riscos, é importante que as organizações estabeleçam medidas apropriadas para a gestão de risco, evitando assim o incumprimento dos objetivos traçados. Segundo Barreiro (2007), a auditoria interna atua no combate à fraude, isto é, “para além de representar um importante fator dissuasor de fraude, assume um estatuto antifraude, componente relevante na luta pela sua erradicação”.

Atualmente, a auditoria interna constitui um pilar fundamental na estrutura da gestão de risco de uma organização, tal como defende Castanheira (2007), “nos tempos que correm, recorre-se com bastante frequência ao envolvimento dos auditores internos no processo de gestão de risco, que passam a assumir um papel de parceria de negócio, em vez de uma atitude de fiscalização”.

Por forma a assumir uma posição a cerca das funções da auditoria interna, e uma vez que nos últimos tempos esta tem gerado alguma controvérsia, o IIA (2009) definiu que o papel da auditoria interna “num processo de gestão de risco é fornecer segurança objetiva acerca da eficácia das atividades de gestão de risco das organizações, contribuindo para garantir que os principais riscos do negócio são geridos corretamente e que os sistemas de controlo interno estão a funcionar eficazmente”.

Com base na informação apresentada pelo IIA, é possível estabelecer que a auditoria interna deve avaliar contribuindo para melhorar a gestão de risco, controlo e governo, assumindo-se assim como um valioso contributo na diminuição dos riscos associados às transações de uma organização, deste modo, adquire uma postura pró-ativa na análise do risco, apresentando sugestões de correção para diminuir a exposição ao risco.

No entanto, é importante referir que a auditoria interna é apenas um método para uma gestão de sucesso, não sendo responsável pelo mesmo, desta forma o conselho de gestão deve assumir total responsabilidade a fim de promover a independência e objetividade, utilizando a auditoria interna com recurso consultivo (Deloitte, 2005). Em suma, uma organização com uma gestão de risco eficaz dispõe de maiores vantagens competitivas num ambiente de instabilidade e incerteza, face a organizações que possuem uma gestão de risco com menos capacidades.

2.11. Sucesso da organização

A presença de uma auditoria interna baseada num contexto adequado e na integridade dos auditores, são um fator fundamental de sucesso numa organização transmitindo-lhes credibilidade, dado que são um eficiente mecanismo de gestão a fim de minorar os riscos negativos, promovendo o bom desempenho e proporcionando valor acionista, bem como envolve os colaboradores nos objetivos estratégicos da empresa (Pinheiro, 2008).

Desta forma, e uma vez que o auditor interno é o profissional que produz as recomendações a efetuar, por sua vez também é o que mais se adequa para acompanhar no processo de implementação das respetivas recomendações existentes no relatório enviado à administração. Esta é uma função essencial denominada por follow-up, tendo em conta o IIA (2009), é o “processo pelo qual os auditores internos determinam a efetividade, eficácia e a oportunidade das ações tomadas pela administração com base nos relatórios de auditoria”.

Ora, a credibilidade e a confiança são fatores determinantes no sucesso de uma organização, para que estes sejam alcançados e seja mantido um estatuto estável, este acompanhamento dos acontecimentos resultantes das recomendações por parte do auditor interno é indispensável. Caso este não se verifique, poderá existir uma má interpretação das melhorias a serem aplicadas levando a uma execução elaborada de forma incorreta o que pode provocar uma perda de valor, ou seja, o auditor deve monitorizar toda a cadeia de valor, desde os processos até aos colaboradores, por forma a verificar que o plano de recomendações é convenientemente aplicado.

A fim de reforçar a ideia acima definida, Prazeres (1996) estabeleceu que “um sistema de follow-up é um processo de verificação do cumprimento de todas as ações corretivas para eliminação ou redução de deficiências encontradas durante uma avaliação de qualidade”.

Este é o período em que o auditor interno responsável pelo processo juntamente com a administração, ordenam os problemas de maior relevância, após a conclusão do reconhecimento das falhas existentes e devidamente quantificados tendo como base o impacto que provocam na organização, salientado ainda as limitações de recursos. É ainda, importante salientar a análise da relação custo/ benefício tendo em conta a falha identificada, isto é, a correção de uma falha identificada reproduz sempre um custo associado incrementando a despesa, ora, esta análise deve determinar a probabilidade de a correção efetuada não ser eficaz ou não produzir os resultados esperados e qual o tempo requerido para a sua implementação, sendo este um fator determinante.

Deste modo, o processo de follow-up é dado por terminado quando o auditor interno determina que as recomendações foram efetuadas e confirma que estas estão a produzir benefício, isto é, estão a ter sucesso concluindo-se de forma irrefutável um acréscimo de valor para a organização.

Como é possível constatar no ponto anterior, a auditoria interna dispõe de uma visão pró-ativa, sendo que não se restringe à avaliação, análise e diagnóstico, apresentando também

soluções e ações corretivas atestando que a execução das mesmas incrementará valor na organização (Pinheiro, 2008).

Em suma, este capítulo procurou clarificar um pouco mais o que é a auditoria interna e de que modo esta pode ajudar a melhorar o desempenho de uma organização, disponibilizando para esse fim conceitos e teorias provenientes de uma investigação a diversos autores.

Capítulo 3 – Estudos sobre a Auditoria Interna

O foco principal da presente investigação é determinar se a auditoria interna, convenientemente aplicada, acrescenta valor numa organização, ou seja, analisar o contributo da existência da auditoria interna nas organizações. Assim sendo, seguidamente realizamos um levantamento de vários estudos científicos na área de estudo, a fim determinar se efetivamente o controlo interno nas organizações, fomenta o sucesso das mesmas. Propõe-se então, fazer um levantamento no espaço temporal entre 2014-2016, dos principais estudos realizados a nível nacional sobre a matéria.

3.1. Estudos a nível nacional

Tendo em conta o pressuposto no capítulo anterior, será apresentada em seguida uma seleção dos estudos de maior expressão a nível nacional num espaço temporal entre 2014 a 2016, a saber:

- Duarte Lima (2014), realizou um trabalho com o objetivo de investigar até que ponto a auditoria interna através da sua ampla ação dentro da organização, pode contribuir para o seu sucesso, desenvolvendo um estudo de caso de carácter exploratório, descritivo e quantitativo. A população selecionada decompõe-se nas 100 maiores empresas a operarem no mercado português, tendo como fonte a base de dados do portal on-line PORDATA, das 100 empresas que compõem a população, 65 responderam ao inquérito constituindo assim a base da amostra. Na seleção da população, foi criado um conjunto de empresas dos diversos setores de atividade, utilizando o critério VAB, sendo que se trata de um indicador que permite comparar a produtividade e a evolução entre os diferentes setores de atividade económica, podendo desta forma, verificar-se o valor acrescentado pela auditoria interna para o sucesso da organização.

Assim, de todos os setores de atividade a operar em Portugal, foram selecionados dez que no seu conjunto geraram maior valor acrescentado bruto no decorrer do ano de 2010. Os setores em análise são:

- Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos;
- Administração pública e defesa, segurança social obrigatória;
- Atividades imobiliárias;
- Atividades financeiras e de seguros;
- Educação;
- Construção;
- Atividades de alojamento e restauração;

- Transportes e armazenagem;
- Atividades de saúde humana;
- Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco.

Posto isto, foram determinadas hipóteses de análise em função das questões levantadas pela investigação:

H1: Existe relação entre o desempenho organizacional e as informações e recomendações facultadas pela auditoria interna à gestão;

H2: O desempenho da organização influenciado pelo contributo da auditoria interna nomeadamente o sistema de controlo interno;

H3: O desempenho organizacional pode ser afetado pelo apoio dado pela auditoria interna à gestão de risco de negócio;

H4: O desempenho da organização pode ser influenciado pelo acompanhamento das ações corretivas implementadas pela auditoria interna;

H5: Existe relação entre o desempenho organizacional e o contributo da auditoria interna para a credibilidade da organização.

Após definir as hipóteses de estudo, o autor estabeleceu um modelo de análise, isto é, uma relação que se estabelece entre as cinco hipóteses que constituem o estudo, verificando que as mesmas se encontram inter-relacionadas entre si. Assim, assumiu-se uma preponderância percentual análoga, ou seja, 20% a cada uma das hipóteses, o que significa que caso se verifique a validação de pelo menos três das cinco hipóteses, a conclusão será favorável à importância da auditoria interna no desempenho organizacional, por outro lado, caso se venha a verificar a situação oposta, a conclusão será desfavorável.

Como variável dependente o autor identificou o impacto da auditoria interna para o sucesso da organização, relativamente às independentes selecionou “as informações e recomendações veiculadas pela auditoria interna”, “o sistema de controlo interno”, “a gestão de risco de negócio”, “o acompanhamento das ações corretivas implementadas pela auditoria interna”, e por ultimo “a credibilização da organização”.

O método utilizado para a recolha de dados, consistiu na elaboração de inquéritos por via de questionários, estruturados em cinco partes e constituídos na íntegra por questões de resposta fechada. Relativamente ao tratamento e análise dos dados, foram utilizados os programas Microsoft Excel 2010 e Statistical Packages for the Social Sciences (SPSS), no que concerne à estatística descritiva e à estatística inferencial respetivamente.

No que respeita às conclusões obtidas nesta dissertação, após a análise dos dados conclui-se que aproximadamente 55% das empresas manifesta elevados índices de confiança no trabalho desenvolvido pelos auditores internos, sendo que os restantes 45% apontam para uma boa relação de confiança entre os gestores e o departamento de auditoria interna, destacando assim a inexistência de desconfiança relativamente à atividade.

No que se refere ao acompanhamento da implementação das ações corretivas, 74% consideram-no importante, 15% entendem que é pouco importante, e os restantes 11% encaram esta função como muito importante para o sucesso da organização. Também o follow-up assumiu grande relevância, aproximadamente metade das respostas obtidas, 55%, considera que a ação do auditor interno é importante no desenvolvimento do follow-up, enquanto que 28% atribui pouca importância no papel da auditoria interna, os restantes 17% são da opinião de que a ação do auditor interno é muito importante para que as ações corretivas sejam eficazmente implementadas. No geral, a maioria das empresas julga ser o auditor interno o profissional mais adequado para protagonizar o follow-up.

Em matéria de credibilidade da organização e a sua relevância no mercado empresarial, 83% das empresas inquiridas considera que a credibilidade de uma organização pode traduzir-se numa vantagem competitiva perante a concorrência. Por outro lado, 52% atribuem importância ao contributo dado pela auditoria interna para tornar mais eficaz um sistema de controlo interno, sendo que 34% depreende que é pouco relevante, e os restantes 14% dizem ser de grande importância a ação do auditor interno no aumento da eficácia do sistema de controlo interno.

Quanto à monitorização dos controlos internos, 78% das empresas inquiridas nesta dissertação consideraram que a auditoria interna confere um importante contributo na sua supervisão. Salientando o apoio dado à gestão, 75% das empresas considera que as informações e as recomendações facultadas pela auditoria interna são relevantes na tomada de decisões da administração. Tendo em conta as empresas inquiridas, os auditores internos devem manter uma relação de permanente troca de dados sobre quaisquer falhas detetadas, apresentando sugestões sobre eventuais planos de correção das mesmas.

No que se refere à gestão de risco de negócio, 85% dos inquiridos é da opinião de que a auditoria interna pode assumir-se como um importante contributo na melhoria da administração de riscos. No âmbito da fraude, 58% julga que os auditores internos têm uma importante responsabilidade na deteção e prevenção de atos ilícitos, já os restantes 42% acreditam que a auditoria interna tem uma grande responsabilidade, assim, a generalidade das empresas acredita que o auditor interno deve ser responsável pela prevenção deste tipo de atos. Ainda dentro do mesmo âmbito, é fundamental salientar que o auditor interno não é responsável nem pode ser responsabilizado pela identificação e prevenção de fraudes, tendo como base a ISA 240, a principal responsabilidade pela prevenção e deteção de fraudes pertence à administração da organização, assim como a implementação de

programas e controlos por forma a prevenir, detetar e mitigar a fraude. Contudo, o auditor durante o planeamento da sua atividade deve ter em conta o risco de ocorrências de fraudes, para que a probabilidade de identificar as que afetam de forma significativa as demonstrações financeiras seja elevada, e caso estas se verifiquem o auditor deve efetuar recomendações.

Em suma, após analisar as conclusões do estudo empírico desta dissertação é possível concluir que quatro das cinco hipóteses de investigação levantadas se confirmam, isto é, a hipótese H1, H2, H4, e H5, sendo que a hipótese H3 foi a única que não se verificou, determinando que o contributo da auditoria interna na gestão de risco de negócio da organização não afeta o desempenho organizacional. Uma das possíveis justificações para esta hipótese não se ter verificado, pode estar relacionada com a identificação e prevenção da fraude, uma vez que se verifica uma “expectation gap” entre as expectativas que as empresas, os gestores e a sociedade em geral depositam na atividade da auditoria interna.

Deste modo, tendo em consideração a ponderação do modelo de análise mencionado no início desta análise e por via do estudo empírico desenvolvido, é possível concluir que o contributo da atividade desenvolvida pela auditoria interna para o sucesso das organizações é indiscutível. Das cinco hipóteses consideradas, quatro comprovam-se (H1, H2, H4, H5) e apenas uma não se confirmou (H3), o que corresponde a uma percentagem de confirmação de 80%. Neste sentido, o autor considera ter alcançado o objetivo ao qual se propôs, respondendo assertivamente à pergunta inicial “O impacto da auditoria interna no desempenho organizacional”.

- Dias Monteiro (2014), desenvolveu uma dissertação de mestrado cujo o principal objetivo é averiguar se existe uma relação entre a auditoria interna e a prevenção e deteção de fraude. O interesse por esta temática é justificado pelo facto de se querer compreender, no contexto português, qual o papel atribuído pelos auditores internos à atividade de auditoria interna na prevenção e deteção de fraudes nas organizações, uma vez que a quantidade de escândalos que têm surgido levanta questões quando à atuação desta função. Desta forma, a autora desenvolveu um estudo de caso de carácter exploratório, descritivo, quantitativo e interpretativo. A população selecionada decompõe-se nos 980 membros do instituto português de auditoria interna, sendo que a pretensão era estabelecer a correspondência entre a existência de um departamento de auditoria interna numa organização e a prevenção/deteção de fraudes. Nos membros do IPAI, é possível encontrar membros que exercem funções de auditoria interna e que não exercem esta função, assim, dos 980 membros que constituem a população apenas 146 responderam ao inquérito, formando assim a base da amostra. Posto isto, foram determinadas hipóteses de análise em função das questões levantadas pela investigação:

H1: Entre os auditores internos existe a percepção de que a detecção/prevenção de fraude nas organizações, é positivamente afetada pela existência de atividade da auditoria interna nas organizações.

H2: A percepção dos auditores que exercem auditoria interna sobre a importância da sua função para a prevenção/detecção de fraude é influenciada pelas características do auditor e das organizações onde desenvolvem a sua atividade.

H2a: Os auditores internos com mais experiência profissional e maior prestígio valorizam mais positivamente a atividade da auditoria interna.

H2b: Os auditores internos que realizam o seu trabalho em organizações de maior dimensão, com uma função de auditoria interna e com comité de auditoria valorizam mais positivamente a atividade.

H3: Existem características que os auditores internos devem possuir para melhorar as suas capacidades para prevenir e detetar a fraude.

H4: O regime (in-house, co-sourcing ou outsourcing) utilizado para o desenvolvimento da função de auditoria interna tem influência no contributo para a detecção de fraude.

H5: A prevenção e detecção de fraude é influenciada pelos procedimentos ou métodos implementados pela função de auditoria interna.

Após definir as hipóteses de estudo, a autora estabeleceu o método utilizado para a recolha de dados, que consistiu na elaboração de inquéritos por via de questionários. Trata-se de um questionário do tipo fechado, uma vez que é composto por questões de resposta fechada, facilitando o tratamento e a análise da informação. A divulgação deste questionário foi feita através da página do IPAI na internet e das redes sociais.

No tratamento dos dados recolhidos, inicialmente a autora procedeu à análise de estatísticas descritivas, e posteriormente testes de hipóteses recorrendo ao Statistical Packages for the Social Sciences (SPSS), sendo que as análises efetuadas passaram pela comparação de médias, análise da variância do fator ANOVA, análise fatorial, e por último pela análise de clusters.

No que respeita às conclusões obtidas nesta dissertação, após a análise dos dados, conclui-se que as organizações que dispõem de auditoria interna têm maior probabilidade de prevenir e detetar a fraude, comprovando assim que a auditoria interna tem um contributo bastante importante. Nesse seguimento, é clara a percepção de que a detecção ou a prevenção da fraude é positivamente afetada pela existência da atividade da auditoria

interna, sendo que foram os auditores que nunca exerceram a atividade de auditoria interna os que lhe atribuíram maior importância.

Contudo, a opinião dos auditores internos inquiridos demonstra que apesar de a atividade da auditoria interna se revelar bastante importante no combate à fraude, este não é o seu principal objetivo, no entanto esta valorização positiva da atividade por parte dos auditores não está amplamente relacionada com a experiência profissional nem com a posição que ocupam na entidade, sendo que também não são auditores internos que trabalhem em organizações de grande dimensão ou com uma função de auditoria interna e comité de auditoria.

Outro dos pontos a salientar passa pelas características que os auditores internos devem possuir para melhorar as suas capacidades no combate à fraude, isto é, independência, objetividade, competência, zelo profissional e técnicas de avaliação de risco e controlo, foram estas as mais indicadas pelos inquiridos como mais importantes para a deteção/prevenção de fraude.

Pela análise de clusters verificou-se que existem dois tipos de inquiridos, os que consideram mais importante para a deteção/prevenção de fraude as características pessoais, e por outro lado os que consideram a formação e conhecimento das normas. Relativamente aos regimes de realização de auditoria interna (in-house, co-sourcing e outsourcing), estes têm influência na deteção de atos ilícitos, de um modo geral os inquiridos consideraram que os departamentos de in-house têm mais probabilidade de detetar fraudes nas organizações. Se a análise for efetuada por grupos, é possível constatar que os grupos que não exercem auditoria interna consideram que é o regime de co-sourcing o que possui mais probabilidades de detetar casos de fraude, sendo que o grupo que exerce a atividade de auditoria interna considera como tendo maior probabilidade de detetar fraude o regime in-house.

Através da análise é ainda possível concluir que são os inquiridos que exercem a atividade os que utilizam mais procedimentos e métodos para prevenir e detetar fraude, sendo que os métodos mais relatados no questionário foram as atividades de controlo interno, a avaliação do risco e para a deteção de fraude as denúncias e softwares específicos.

Outra das conclusões passa pela experiência profissional, isto é, os inquiridos que têm mais experiência profissional são aqueles que menos indicam procedimentos e métodos mais adequados no combate à fraude. Ainda assim, os inquiridos que têm menos experiência profissional são aqueles que mais assinalam os métodos de prevenção e deteção de fraude.

Posto isto, a auditoria interna é considerada como uma função que oferece um grande contributo para a prevenção e deteção de fraude nas organizações, por via do elevado conhecimento das entidades onde opera, bem como os métodos e procedimentos que utilizam e as características dos auditores internos. De facto, a auditoria interna tem um papel fundamental no combate à fraude numa organização, uma vez que as fraudes cometidas

adquirem relevantes impactos negativos. Todavia, embora esta atividade seja considerada como sendo a função melhor posicionada para a prevenção e deteção de fraude é necessário que, dentro da organização, se compreenda que a prevenção e deteção de fraude passa por todos aqueles de que dela fazem parte, isto é, o conselho de administração, o comité de auditoria, a gestão, os auditores internos e externos e os seus colaboradores.

- Marto de Carvalho (2015), desenvolveu uma dissertação cujo o principal objetivo é demonstrar que a implementação de um serviço de auditoria interna numa entidade traz benefícios económicos e financeiros para a mesma, para tal, os seus órgãos máximos, devem reconhecer o mérito do trabalho elaborado pelos serviços de auditoria, quer sejam eles constituídos por pessoas internas e ou externas.

A metodologia presente neste estudo consiste em inquéritos por via de questionário aos intervenientes, isto é, auditores internos, responsáveis e funcionários que pertençam à área de movimento e exploração (motoristas, fiscalização e manutenção), uma vez que o estudo é efetuado com base na área dos transportes rodoviários de passageiros urbanos em Portugal Continental.

Desta forma, é analisado o grau de importância atribuído à auditoria interna, a obrigatoriedade da sua implementação, e de que forma esta é parte integrante numa organização. Os questionários foram dirigidos a auditores internos inscritos no IPAI, aos responsáveis e técnicos de empresas de transportes rodoviários urbanos de transportes de passageiros que operam em Portugal Continental e a outros intervenientes que estão diretamente relacionados com este setor, constituindo assim a amostra em estudo.

Relativamente ao tratamento dos dados recolhidos o autor optou pela utilização do programa EXCEL, uma vez que é o mais apropriado para melhor sistematizar as respostas e permitir analisar os seus vários parâmetros, sendo formalizados em gráficos.

No que respeita às conclusões obtidas nesta dissertação, após a análise dos dados conclui-se que os inquiridos que atribuem maior importância à atividade da auditoria interna, isto é, cerca que 90,2%, são os que operam em organizações que não possuem a atividade. 46,4% dos inquiridos acredita ainda que se a implementação da auditoria interna dependesse de legislação adequada à dimensão das organizações, estas passariam a obter garantias de um melhor funcionamento, e 40,6% afirmam ainda que existiriam garantias de melhoras na economia, eficácia e eficiência.

Outra das conclusões, passa pelas vantagens obtidas na criação de um departamento de auditoria interna, isto é, nem sempre os gestores possuem conhecimentos verídicos dos riscos do setor traduzindo-se em tomadas de decisões menos adequadas. Desta forma, os gestores devem recorrer ao máximo de estudos possíveis por forma a suportar as suas decisões, decisões essas que devem ser quantificadas e analisadas em todos os aspetos, quer sejam positivos quer sejam negativos. Para quantificar e analisar as decisões, os gestores devem optar pela realização de uma análise SWOT* (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats), uma vez que esta se traduz num importante componente no desenvolvimento da organização e no apoio à gestão, mesmo apresentando um custo significativo, a implementação da auditoria interna no longo prazo, pode auxiliar e produzir benefícios para as organizações onde atua.

Efetuando uma análise global de todas as respostas obtidas, 83,3% dos inquiridos consideram que a atividade exercida pela auditoria é uma mais-valia no desenvolvimento organizacional, sendo que 14,3% indicou “Não Sei/ Não Respondo”, e os restantes 2,4% não consideram a atividade da auditoria relevante em contexto organizacional.

No decorrer da análise às respostas obtidas no questionário, reconhece-se algumas diferenças na quantidade de respostas obtidas em relação a questões mais simples, contudo, salienta-se uma concordância no que respeita às preocupações e objetivos da auditoria interna, sendo a mais relevante, o cumprimento de normas, procedimentos e leis com 46,5%, enquanto os aspetos da economia, eficácia e eficiência rondam os 40,8%.

De um modo geral, a maioria dos inquiridos considera que a auditoria interna auxilia a gestão no crescimento sustentável da organização, porém, nos aspetos da salvaguarda do património e da fidedignidade da informação, os valores obtidos são significativamente mais baixos, 7,0% e 5,6% respetivamente. O grau atribuído à auditoria interna, assume-se como muito importante, (59,5%) ou importante, (31,0%), existindo 9,5% dos inquiridos sem qualquer opinião formalizada. Há uma elevada incidência na generalidade dos inquiridos, na forma e na clareza como observam uma possível inclusão da auditoria interna nas organizações, através da melhoria da economia, eficácia e eficiência da organização, sendo que 95,2% assume que é uma mais-valia no sentido de aproveitamento dos recursos operacionais da mesma.

Observa-se uma concordância relativamente à importância da auditoria interna, sendo que 81,0% indica que a sua implementação deveria ser suportada através de legislação. Na ausência de um departamento de auditoria interna na organização, 85,7% dos inquiridos defende que este serviço deveria ser solicitado ao exterior, sendo que 50% apontam empresas disponíveis para desempenhar a função, enquanto que 27,8% indicam o IPAI e 8,3% desconhecem a quem recorrer.

De facto, a implementação de um gabinete de auditoria interna propicia benefícios, no entanto apenas produz efeitos no médio/longo prazo, assim, contribuirá não apenas para a melhoria a nível interno, mas também a nível externo.

- Antunes da Silva (2015), realizou um trabalho cujo principal objetivo é efetuar um estudo que abrangesse a valorização das tarefas de auditoria e a pertinência das mesmas na prevenção e deteção da fraude, isto é, obter a opinião dos auditores corporizados pelos inspetores tributários, profissionais que frequentemente averiguam situações de fraude de índole diversa, relativamente à importância do trabalho de auditoria. Apesar da missão dos IT's estar focada na prevenção e deteção de irregularidades e ilegalidades fiscais, a sua atuação recorre antecipadamente a análises detalhadas das organizações bem como de contribuintes singulares.

Neste sentido, foi desenvolvido um estudo exploratório com base na opinião dos inspetores tributários, auditores da autoridade tributária e aduaneira. Em 2013, a autoridade tributária possuía cerca de 2000 inspetores afetos à inspeção tributária, sendo que nem todos os inspetores estavam agregados a funções de inspeção tributária, encontrando-se alguns dispersos por outros serviços da autoridade tributária. Foram selecionados 200 inspetores com funções efetivas de inspeção tributária pertencentes a várias Direções Distritais de Finanças para constituir a população em estudo, sendo que desses 200 apenas 146 responderam ao questionário constituindo assim a base da amostra.

Como referido anteriormente, o método utilizado para a recolha de dados consistiu na elaboração de inquéritos por via de questionários, solicitando que valorizassem um conjunto de frases inerentes ao trabalho de auditoria de modo a averiguar quais os elementos integrantes do trabalho de auditoria que melhor contribuem para a deteção e prevenção da fraude. Os questionários foram entregues aleatoriamente aos auditores em suporte papel e mantendo o anonimato.

Posto isto, as questões levantadas pela investigação anteriormente desenvolvida foram:

- A existência de manuais de procedimento de auditoria interna.
- A materialidade e qualidade na execução dos testes e tarefas de auditoria.
- Os métodos propostos para a seleção de áreas a analisar.
- A qualidade da documentação de suporte inerente ao trabalho executado na auditoria.
- A frequência de procedimentos de revisão de auditoria.
- A frequência da supervisão do trabalho de auditoria executado.
- A oportunidade e duração das tarefas de auditoria.

- A qualificação académica dos recursos humanos afetos ao departamento de auditoria.
- A experiência profissional dos recursos humanos afetos ao departamento de auditoria.
- A motivação e empenho da gestão/administração.

No que respeita às conclusões obtidas nesta dissertação, após a análise dos dados é possível absorver várias conclusões, a primeira passa pela importância atribuída às funções de auditoria, isto é, os inspetores tributários consideraram a prevenção e a deteção de fraudes bastante relevante nas organizações, sendo que os resultados apontam para a importância da “motivação e empenho da gestão/administração” e a “materialidade e qualidade na execução dos testes e auditoria”. Destacam ainda, embora com menor expressão, a importância da “experiência profissional dos recursos humanos afetos ao departamento de auditoria”.

A segunda conclusão retirada passa pelas tarefas de auditoria menos valorizadas, os resultados indicam que os inspetores tributários valorizam menos a “oportunidade e duração das tarefas de auditoria”, “a frequência da supervisão do trabalho de auditoria executado” e a “existência de manuais de procedimento de auditoria interna”.

Relativamente à terceira conclusão, os inspetores tributários com 8 ou mais anos de experiência profissional atribuíram principal destaque à “motivação e empenho da gestão/administração”, enquanto que os restantes inspetores destacaram a “materialidade e qualidade na execução dos testes e auditoria” na prevenção e deteção da fraude.

Por ultimo, a quarta conclusão relaciona-se com a formação académica, neste ponto as opiniões dos inspetores tributários dividem-se consoante a sua formação, isto é, em gestão e economia e em contabilidade e direito. Por exemplo, os inspetores com formação académica em gestão e economia valorizam a “motivação e empenho da gestão/administração”, enquanto que os formados em contabilidade e direito destacam a “materialidade e qualidade na execução dos testes e auditoria”.

- Correia e Sousa (2016), desenvolveu uma dissertação de mestrado com o principal objetivo estudar a importância da auditoria na deteção e prevenção de fraudes nas organizações, isto é, fazer uma análise comparativa entre as reservas existentes nas Certificações Legais de Contas e os respetivos Relatórios de Contas, de modo a detetar padrões que possam indicar a fraude e determinar o papel dos auditores na deteção de eventuais erros, distorções ou omissões presentes no relatório.

Para tal, a autora optou por utilizar o SABI (Sistema de Análisis de Balances Ibéricos) para extrair os dados necessários para esta análise. A seleção da amostra foi realizada tendo em conta o estado da organização, a forma jurídica em Portugal, o ano de constituição, tendo em conta que foram selecionadas apenas as constituídas a partir de 2004, e ainda o grau de independência e as que possuem a qualificação de um auditor.

Após ter sido efetuada a seleção, foram disponibilizados os dados de 4.624 organizações que constituem a população em estudo, foram extraídos, para os anos de 2015 a 2011, os Resultados operacionais, os Proveitos, os Ativos, o Volume de negócios, os Proveitos Operacionais, o Capital Próprio, o Lucro antes de juros interesses depreciações e amortizações (EBITDA), o Grau de Independência BvD, o grau de liquidez, a percentagem de endividamento, a Classificação de Atividade Económicas – Revisão 3 (CAE-Ver.3) e a Qualificação do Auditor. Desta seleção resultou uma amostra de 718 organizações, que decorrem da eliminação de organizações não comparáveis.

Posto isto, com base na revisão de literatura a autora determinou as seguintes hipóteses em estudo:

H1- Os auditores informam a gestão/administração de eventuais erros/omissões nos Relatórios por si formulados.

Q1.H1. Qual o resultado da análise às reservas e ênfases existentes nos Relatórios analisados?

Q2.H1. Verifica-se uma tendência para o auditor realçar o erro, omissões ou outras situações menos corretas nas empresas objeto de auditoria?

H2– A existência de um departamento de Auditoria Interna e/ou de um Auditor Interno na organização, possibilita (ou não) uma maior transparência nas suas contas.

Q1.H2. De que forma é que a transparência se evidencia nas contas, cujos valores foram analisados?

Q2.H2. O departamento de auditoria interna e/ou o auditor interno apresenta sugestões de melhoria?

H3– As organizações em análise, encontram-se sujeitas à pressão dos stakeholders no sentido de melhorar os seus resultados.

Q1.H3. Qual o nível de concentração de acionistas nas empresas com maior número de reservas e/ou ênfases dos auditores?

Q2.H3. Qual o nível de concentração de acionistas nas empresas com melhor aparência económica?

H4– As empresas com reservas apostas pelos auditores, por distorções nas DF's, têm maior probabilidade de estar a cometer fraude.

Q1.H4. As empresas com distorções nas DF's aparentam uma imagem económica mais favorável.

Q2.H4. As distorções nas DF's estão associadas a outras reservas e/ou ênfases com impacto na imagem da empresa?

Como variável dependente a autora identificou a eficácia da auditoria na deteção da fraude, e relativamente às independentes selecionou a eficácia da auditoria, as reservas dos auditores, o contributo da auditoria interna e a deteção de fraudes.

No que respeita às conclusões obtidas nesta dissertação, após a análise dos dados e fazendo uma separação com base nas hipóteses levantadas, é possível absorver que relativamente à H1 pela análise efetuada à amostra das 718 empresas ressalta que cerca de 20% das organizações eram qualificadas, isto é, tinham uma reserva ou ênfase dos auditores na emissão na Certificação Legal de Contas. Destas reservas e ênfases foram selecionadas as que são materialmente relevantes, nomeadamente as que afetam a imagem e a veracidade das demonstrações financeiras da organização. Efetuando uma interpretação das reservas e ênfases dos auditores na amostra em análise realçamos as que se verificaram em maior número:

- Distorção das demonstrações financeiras materialmente relevantes, como a sobrevalorização ou subvalorização de determinadas contas que têm impacto a imagem final das demonstrações financeiras;
- Perda de metade do capital social;
- Resultados negativos consecutivos, colocando em causa o princípio de continuidade da empresa;
- Limitação de âmbito;
- Fundo de Maneio negativo;
- Dívidas a receber ou a pagar de elevado valor, com incertezas associadas tais como possibilidade de recebimento, prazo de recebimento, juros, entre outros;
- Realização de transações significativas com entidades do mesmo grupo.

Para facilitar a leitura do impacto que estas reservas e ênfases representam nas contas anuais das organizações, a autora estabeleceu uma comparação com a média dos ativos, dos resultados, dos proveitos, do EBITDA e do Capital Próprio por ano, separando os dados para as contas a que correspondiam reservas e/ou ênfases relevantes, e para as contas sem qualquer reserva/ênfase ou nenhuma que tivesse impacto direto nas mesmas.

Verifica-se que as organizações com reservas que referem distorções nas demonstrações financeiras apresentam valores mais favoráveis que as empresas com reservas sem distorções. A média total dos ativos das organizações com distorções são 58% mais elevados que o das empresas sem distorções. Quanto à média total dos capitais próprios, chega a ser negativa em 683 euros nas organizações sem distorções, ao passo que nas com reservas e com distorções o valor é positivo.

Estas organizações têm uma reserva que regista factos que alteram a veracidade das suas contas, de modo a melhorar a sua imagem. Comparando estes valores com os da média da amostra, verificamos que as organizações com distorções têm todos os valores acima da média. Assim, é possível concluir que existe uma relação positiva entre a existência de reservas sobre distorções nas demonstrações financeiras e os seus resultados, proveitos, EBITDA e Capital Próprio.

Para finalizar a análise das reservas, foram detetadas 108 reservas ou ênfases que resultaram de distorções nas demonstrações financeiras, causadas maioritariamente da sobreavaliação ou subavaliação de determinadas rubricas ou a omissão destas, nenhuma reserva ou ênfase foi apostado por motivos de erro. Assim sendo, é possível confirmar que os auditores conseguem apresentar omissões e situações anómalas, que possam ter impacto na aparência económica da empresa, por outro lado, muitas ênfases mencionavam apenas o facto de uma determinada reserva ou ênfase relativa ao ano anterior já não se verificar, certificando que o problema já havia sido corrigido. Para concluir, tendo em conta as questões abordadas, a primeira hipótese de investigação levantada encontra-se válida, isto é, é confirmada.

Relativamente à H2, na amostra existiram 50 reservas de limitação de âmbito, expondo a falta de transparência em alguns relatórios, pelo que é possível concluir que a transparência nas contas das organizações da amostra não foi transversal a todos os relatórios. Em nenhuma reserva ou ênfase foi mencionada a opinião do auditor interno, e apenas 24 referiam a existência de problemas no controlo interno de determinada área. Verifica-se assim a segunda hipótese em estudo.

No que diz respeito à terceira hipótese em estudo, verifica-se que as organizações independentes são as que apresentam menor número de reservas e ênfases relevantes para o estudo, sendo que as organizações dependentes são as que apresentam maior número de reservas e de ênfases.

A amostra revela que quanto mais forte é a concentração acionista da organização, maior a probabilidade de existir algo merecedor de uma reserva, e consequentemente maior a probabilidade da existência de situações de fraude na empresa. Considerando a

caraterística do grau de independência BvD, verifica-se que na amostra 76% das organizações estão classificadas com este grau, sendo que D corresponde às organizações não independentes, em que um dos acionistas detém mais de 50% da organização. Ao grau B equivalem 18% das organizações e ao C correspondem 1%, sendo que apenas 5% da amostra corresponde a organizações consideradas independentes, situação em que nenhum acionista detém mais de 25% da organização, direta ou indiretamente. As organizações com um grau de independência C, isto é, situação em que nenhum acionista está registado com mais de 50% de participação direta, ou um acionista registado com mais de 50% de participação direta, possuem valores mais elevados em todos os indicadores, exceto nas organizações com grau D, que conseguem ultrapassar. Em contrapartida, as organizações de grau B, isto é, organizações com nenhum acionista registado com mais de 50% de participação direta, indireta ou total, ou um ou mais acionista(s) registado(s) com mais de 25% de participação direta ou total, apresentam os valores mais reduzidos, sendo que a média de resultados é negativa em 1.014 euros e a média de capitais próprios também negativa em 1.285 euros. As de grau A e D constituem extremos de diferentes composições de acionistas, representando respetivamente as organizações independentes e as dependentes, não tendo sido as que demonstraram diferenças mais acentuadas entre elas, mas sim as organizações que se encontram no meio-termo.

Desta forma, é então possível verificar que as organizações com maior concentração de propriedade, representadas pelos graus de independência C e D, apresentam valores mais favoráveis em todas as áreas analisadas do que as organizações com estrutura acionista dispersa, representadas pelas organizações com grau de independência A e B.

Verifica-se ainda, que existe uma elevada concentração de reservas colocadas às organizações de grau D, isto é, as organizações dependentes em que um sócio detém pelo menos metade do capital. Na mesma subdivisão da amostra, são analisadas a média de ativos, resultados, proveitos, EBITDA e capitais próprios, por forma a estabelecer uma comparação com os diversos graus de independência. Dessa análise, verificou-se que as organizações com aspeto económico mais favorável são de grau C, em que um acionista detém maioria indiretamente, sendo que os resultados são consideravelmente superiores às restantes. Seguidamente, os melhores resultados são de grau D, e os resultados mais desfavoráveis, chegando mesmo a ser negativos no caso dos capitais próprios, são organizações de grau B, organizações em que nenhum acionista detém maioria direta ou indiretamente ou um ou mais acionistas estão registados com mais de 25% de participação. Após a análise das reservas e estabelecendo que estas implicavam uma alteração na imagem económica da organização, verificando que as organizações com maior número de reservas conseguiam resultados mais favoráveis, é possível estabelecer que este padrão pode indicar erros ou omissões nas contas, de modo a atingir estes

resultados. Esta situação verifica-se nas organizações com maior concentração acionista, sendo que a amostra evidencia uma pressão por parte dos stakeholders para melhorar os resultados. Posto isto, verifica-se a terceira hipótese.

No que diz respeito à quarta e última hipótese em estudo, foram analisados os resultados obtidos pelas organizações no período de 2011 a 2015, separando as organizações que apresentam distorções das que não apresentam. Pela comparação das médias totais de ambos os tipos de reservas, verifica-se que as organizações com distorções nas DF's apresentam valores mais favoráveis que as organizações sem distorções.

O mesmo se verifica analisando os valores de ano a ano, sendo que os que apresentam maior diferença são os capitais próprios e os ativos. A média total dos ativos com distorções ronda os 58% mais elevados que o das organizações sem distorções, relativamente à média total dos capitais próprios chega a ser negativa em 683 euros nas organizações sem distorções, ao passo que nas organizações com reservas com distorções o valor é positivo em 14.442 euros.

Assim, é possível concluir que as organizações com distorções possuem valores acima da média da amostra, existindo uma relação positiva entre a existência de reservas sobre distorções nas DF's e os seus resultados, proveitos, EBITDA e Capital Próprio. Apurou-se na generalidade da amostra, reservas associadas em 2011, existindo uma relação nos anos seguintes, cerca de metade das reservas não eram únicas, pelo que poderia existir mais do que uma ou ênfases.

Para concluir, apenas 14% das organizações com problemas de liquidez e endividamento foram detetadas. Organizações com situações económicas complicadas, tem maior motivação para a fraude, de modo a conseguir manter, renovar ou contrair financiamentos, se a organização apresentar problemas de liquidez, consequentemente terá maior dificuldade em pagar os seus financiamentos, resultando numa acrescida dificuldade em encontrar quem os conceda. Ao melhorar a imagem das demonstrações financeiras as organizações aumentam a probabilidade de conseguir novos financiamentos, mesmo que não haja segurança quanto à forma como estes serão liquidados.

Seguidamente será exposto um quadro resumo, onde é apresentada uma síntese dos estudos que abordaram a temática da auditoria interna anteriormente detalhados.

Autores/Ano	Amostra	Base de Estudo	Fatores Investigados	Resultados
Pedro Nuno Duarte Lima (2014)	65 maiores empresas a operarem no mercado português	Questionário	<p>H1: Relação entre o desempenho organizacional e as informações e recomendações facultadas pela auditoria interna à gestão;</p> <p>H2: O desempenho da organização influenciado pelo contributo da auditoria interna nomeadamente o sistema de controlo interno;</p> <p>H3: O desempenho organizacional pode ser afetado pelo apoio dado pela auditoria interna à gestão de risco de negocio;</p> <p>H4: O desempenho da organização pode ser influenciado pelo acompanhamento das ações corretivas implementadas pela auditoria interna;</p> <p>H5: Existe relação entre o desempenho organizacional e o contributo da auditoria interna para a credibilidade da organização.</p>	<p>O contributo da atividade desenvolvida pela auditoria interna para o sucesso das organizações é indiscutível. Das cinco hipóteses apresentadas, verificam-se quatro (H1, H2, H4, H5) e apenas uma não se confirmou (H3). Em geral, a percentagem de confirmação é de 80%.</p>
Liliana Luísa Dias Monteiro (2014)	146 membros do instituto português de auditoria interna	Questionário	<p>H1: Entre os auditores internos existe a perceção de que a deteção/prevenção de fraude nas organizações, é positivamente afetada pela existência de atividade da auditoria interna nas organizações.</p> <p>H2: A perceção dos auditores que exercem auditoria interna sobre a importância da sua função para a prevenção/deteção de fraude é influenciada pelas características do auditor e das organizações onde desenvolvem a sua atividade.</p> <p>H2a: Os auditores internos com mais experiência profissional e maior prestígio valorizam mais positivamente a atividade da auditoria interna.</p> <p>H2b: Os auditores internos que realizam o seu trabalho em organizações de maior dimensão, com uma função de auditoria interna e com comité de auditoria valorizam mais positivamente a atividade.</p> <p>H3: Existem características que os auditores internos devem possuir para melhorar as suas capacidades para prevenir e detetar a fraude.</p> <p>H4: O regime (in-house, co-sourcing ou outsourcing) utilizado para o desenvolvimento da função de auditoria interna tem influência no contributo para a deteção de fraude.</p> <p>H5: A prevenção e deteção de fraude é influenciada pelos procedimentos ou métodos implementados pela função de auditoria interna.</p>	<p>As organizações que dispõem de auditoria interna têm maior probabilidade de prevenir e detetar a fraude, comprovando assim que a auditoria interna tem um contributo bastante importante perante atos ilícitos. Das cinco hipóteses apresentadas, verificam-se quatro (H1, H3, H4, H5) e apenas uma não se confirmou (H2).</p>
Paulo Alexandre Marto de Carvalho (2015)	Auditores internos inscritos no IPAI, responsáveis e técnicos de	Questionário	<ul style="list-style-type: none"> - Organização onde desempenha funções possui um departamento de auditoria interna. - Número de auditores internos na organização. - Quantos auditores possuem certificações. - Quantos anos possui o departamento de auditoria interna na organização. - A auditoria interna representa uma mais-valia para a organização. 	<p>83,3% dos inquiridos consideram que a atividade exercida pela auditoria é uma mais-valia no desenvolvimento organizacional.</p>

	empresas de transportes rodoviários urbanos de transportes de passageiros a operar em Portugal Continental		<ul style="list-style-type: none"> - Grau de importância atribuída à auditoria interna no desenvolvimento da organização. - Existência de legislação regulamentar. - O departamento de auditoria interna deve ser objeto de avaliação de qualidade. - Caso a organização não possua um departamento de auditoria interna próprio, deve recorrer ao exterior para obter esse serviço. 	
Sérgio Manuel Antunes da Silva (2015)	146 inspetores afetos à inspeção tributária	Questionário	<ul style="list-style-type: none"> - A existência de manuais de procedimento de auditoria interna. - A materialidade e qualidade na execução dos testes e tarefas de auditoria. - Os métodos propostos para a seleção de áreas a analisar. - A qualidade da documentação de suporte inerente ao trabalho executado na auditoria. - A frequência de procedimentos de revisão de auditoria. - A frequência da supervisão do trabalho de auditoria executado. - A oportunidade e duração das tarefas de auditoria. - A qualificação académica dos recursos humanos afetos ao departamento de auditoria. - A experiência profissional dos recursos humanos afetos ao departamento de auditoria. - A motivação e empenho da gestão/administração. 	Os inspetores tributários atribuem maior importância à motivação e empenho da gestão/administração, à materialidade e qualidade na execução dos testes e tarefas de auditoria, destacando também a experiência profissional dos recursos humanos afetos ao departamento de auditoria. Por sua vez, estes inspetores valorizam menos a oportunidade e duração das tarefas de auditoria, a frequência da supervisão do trabalho de auditoria executado, bem como a existência de manuais de procedimentos de auditoria interna. Existem diferenças entre os inspetores tributários inquiridos, decorrentes dos anos de profissão e da área de formação académica.

Natacha Correia e Sousa (2016)	718 organizações	SABI (Sistema de Análisis de Balances Ibéricos) para extrair os dados a analisar	<p>H1- Os auditores informam a gestão/administração de eventuais erros/omissões nos Relatórios por si formulados.</p> <p>Q1.H1. Qual o resultado da análise às reservas e ênfases existentes nos Relatórios analisados?</p> <p>Q2.H1. Verifica-se uma tendência para o auditor realçar o erro, omissões ou outras situações menos corretas nas empresas objeto de auditoria?</p> <p>H2- A existência de um departamento de Auditoria Interna e/ou de um Auditor Interno na organização, possibilita (ou não) uma maior transparência nas suas contas.</p> <p>Q1.H2. De que forma é que a transparência se evidencia nas contas, cujos valores foram analisados?</p> <p>Q2.H2. O departamento de auditoria interna e/ou o auditor interno apresenta sugestões de melhoria?</p> <p>H3- As organizações em análise, encontram-se sujeitas à pressão dos stakeholders no sentido de melhorar os seus resultados.</p> <p>Q1.H3. Qual o nível de concentração de acionistas nas empresas com maior número de reservas e/ou ênfases dos auditores?</p> <p>Q2.H3. Qual o nível de concentração de acionistas nas empresas com melhor aparência económica?</p> <p>H4- As empresas com reservas apostas pelos auditores, por distorções nas DF's, têm maior probabilidade de estar a cometer fraude.</p> <p>Q1.H4. As empresas com distorções nas DF's aparentam uma imagem económica mais favorável.</p> <p>Q2.H4. As distorções nas DF's estão associadas a outras reservas e/ou ênfases com impacto na imagem da empresa?</p>	<p>As organizações sobre quem os auditores tinham emitido opiniões qualificadas continham indícios de fraude, verificando que a auditoria foi eficaz em detetar problemas de relevância para os diversos utilizadores da informação.</p> <p>As organizações com distorções nas suas demonstrações financeiras apresentavam melhor aparência económica, o que explica a necessidade de emitir um relatório de contas com erros, distorções ou omissões.</p>
---	---------------------	---	--	--

Fonte: Elaboração própria

3.2. Reflexões sobre os estudos analisados

Neste âmbito, como é possível comprovar através dos estudos analisados, a auditoria interna começou por apresentar como foco a avaliação e fiscalização das atividades das organizações, direcionando-se fundamentalmente para a performance eficaz do seu sistema de controlo interno. Com o avanço da atividade, a auditoria interna evoluiu para uma perspetiva mais abrangente, passando a utilizar uma abordagem sistemática na avaliação da eficácia dos processos de gestão de risco, de controlo e de governação, de modo a acrescentar valor e melhorar as operações de uma organização.

Ora, a análise dos trabalhos científicos anteriormente referidos comprova tais factos, reforçando que a atividade da auditoria interna devidamente implementada fomenta valor numa organização.

Se observarmos as hipóteses levantadas no decorrer de cada um dos estudos, verificamos que tendo em conta as expectativas iniciais, é possível afirmar que grande parte se verifica, o que se traduz num contributo da auditoria interna bastante valioso numa organização.

Ao analisarmos mais detalhadamente os estudos anteriormente referidos, concluímos que os itens que assumem maior destaque passam pelo contributo da auditoria interna no desempenho de uma organização, isto é, se esta exerce alguma influência no seu bom funcionamento.

A deteção e prevenção de fraude nas organizações também assume grande notoriedade, sendo que é analisado o facto de esta ser positivamente afetada pela existência da atividade da auditoria interna, bem como se a existência de um departamento de auditoria interna e ou de um auditor interno na organização, possibilita ou não uma maior transparência nas contas.

A existência de legislação regulamentar é outro dos itens salientado pelos estudos analisados, isto é, a generalidade dos estudos atribui grande relevância ao facto de existir um manual de procedimentos ou até mesmo uma legislação regulamentar que encaminhe o trabalho desenvolvido pelos auditores internos no decorrer da sua atividade.

Outro dos itens mencionado pelos estudos é a avaliação da atividade, ou seja, se o departamento de auditoria interna deve ou não ser objeto de avaliação de qualidade, efetuando procedimentos de revisão e supervisão dos trabalhos de auditoria executados. De facto, a avaliação é de extrema importância, na medida em que efetua um balanço acerca das atividades desenvolvidas e verifica se os procedimentos estão ou não a ser devidamente aplicados, uma vez que caso a atividade esteja a ser mal implementada não produz os efeitos esperados acabando por não se verificar uma mais valia para a organização.

Ora, estes foram os itens de maior destaque uma vez que foram mencionados nos vários estudos e todos se verificam, de um modo geral todos os estudos analisaram o facto de a auditoria interna representar ou não uma mais-valia para a organização onde atua, e todos eles

por via dos itens acima detalhados confirmaram que esta constitui efetivamente uma mais-valia. O método mais utilizado para a obtenção dos dados foi o questionário, quatro dos cinco autores analisados optaram por esta via na obtenção de respostas às suas questões.

Por outro lado, no decorrer dos vários estudos e também através do questionário, é possível encontrar itens que não se verificaram, isto é, itens aos quais não foi atribuída uma importância relevante concluindo que não produzem efeito. Desses itens podemos destacar o facto de o desempenho organizacional poder ser afetado pelo apoio dado pela auditoria interna à gestão de risco de negócio, bem como, a influência das características do auditor e das organizações onde desenvolvem a sua atividade na percepção que os mesmos nutrem sobre a importância da sua função para a prevenção e deteção de fraude, melhor dizendo, o nível de influência que as características do auditor e da organização exercem sobre a opinião que estes possuem.

Outro dos itens que não se verifica é a experiência profissional na valorização da atividade, os estudos avançam que o facto de os auditores internos com mais experiência profissional e maior prestígio valorizarem positivamente a atividade em relação a auditores com outro tipo de perfil, não corresponde à realidade. Assim como, os auditores internos que realizam o seu trabalho em organizações de maior dimensão, com uma função de auditoria interna e com comité de auditoria valorizam mais positivamente a atividade.

Posto isto, agregando a investigação teórica aos estudos práticos analisados, é possível afirmar que de facto a atividade da auditoria interna promove o bom funcionamento de uma organização, quer pelas suas indicações de melhorias a aplicar, quer no combate e prevenção de fraude. Conclui-se assim que os estudos práticos analisados confirmam a investigação teórica desenvolvida ao longo da presente dissertação, em geral, a auditoria interna promove a credibilidade das organizações onde atua, conferindo-lhes assim uma das suas principais vantagens competitivas conduzindo ao sucesso.

Capítulo 4 – Conclusão

Este capítulo dedica-se exclusivamente a reunir as principais conclusões obtidas com a elaboração deste estudo, e indicar possíveis linhas futuras de investigação relacionadas com o tema da auditoria interna e com o seu impacto no desempenho organizacional.

Dada a atual conjuntura, em que a competição faz parte do quotidiano das organizações, e existe uma contínua e progressiva necessidade de se tomar decisões adequadas fomentando o crescimento sustentado e o da organização, a auditoria vem conquistando um papel cada vez mais preponderante no seio das organizações.

A presente dissertação, tendo como principal foco a auditoria interna que se diferencia da auditoria externa sobretudo pelo alvo da sua atividade, sendo que o trabalho dos auditores internos remete para os administradores da própria organização onde atua.

Contudo, as duas vertentes da auditoria devem trabalhar em parceria por forma a absorver todas as vantagens que este trabalho conjunto advém, traduzindo-se numa maior eficácia da auditoria das demonstrações financeiras e um acréscimo de informações fulcrais na avaliação dos controlos internos.

Deste modo, com a elaboração deste estudo, concluiu-se que a auditoria interna não é uma atividade estática oscilando conforme a evolução dos tempos e das necessidades sentidas no quotidiano de uma organização, assim, é possível verificar uma forte evolução desta atividade com o passar do tempo, tornando-se cada vez mais completa.

Numa fase inicial, a auditoria interna tinha como principal objetivo avaliar e fiscalizar as atividades de uma organização, focando-se no funcionamento eficaz do sistema de controlo interno, mais tarde, progrediu para uma visão mais alargada apostando numa abordagem sistemática na avaliação da eficácia dos processos de gestão de risco, de controlo e de governação, com o objetivo de acrescentar valor e desenvolver as operações da organização.

Estas alterações ocorridas tanto no desenvolvimento da atividade, como na gestão das organizações e nos valores da sociedade, incrementaram a importância atribuída à auditoria interna. Por força das novas exigências a auditoria assumiu um papel fundamental na gestão de uma organização, quer no apoio à tomada de decisões, disponibilizando informação fidedigna e adequada de modo a reduzir a incerteza, quer na verificação, implementação e monitorização das ações levadas a cabo, quer na gestão de riscos, ao emanar segurança acerca da eficácia das atividades desenvolvidas pela organização, e ainda no follow-up, fomentando uma melhoria contínua dos processos da organização, através da implementação e certificação de soluções, bem como medidas corretivas.

Em geral, com a aplicação de todas as ações acima mencionadas, e através do seu contributo significativo nas mais diversas áreas nomeadamente na supervisão do sistema de controlo interno, no acompanhamento da implementação das ações corretivas e no importante apoio que confere à gestão, a auditoria interna promove a credibilidade das organizações onde atua, conferindo-lhes assim uma das suas principais vantagens competitivas conduzindo ao sucesso.

Posto isto, tal como em todas as investigações, no decorrer do presente estudo, foram surgindo algumas limitações para as quais foram necessárias soluções. A principal limitação

deste estudo prede-se com o espaço temporal. Para efetuar um trabalho de investigação a uma ou mais organizações de modo a validar o objetivo chave desta dissertação, é necessária a utilização de questionários na obtenção de dados. Ora, esse é um processo efetivamente demorado que implica atrasos no estudo, levando ao incumprimento de prazos. Este facto condicionou a investigação, promovendo a elaboração de um estudo apenas teórico surgindo assim o levantamento dos trabalhos realizados a nível nacional.

Relativamente a recomendações para futuras investigações, poderia ser interessante estudar o futuro da auditoria interna e de que forma esta se desenvolverá no contexto nacional. Com o avanço das tecnologias, são cada vez mais frequentes ataques a bases de dados, sendo que os auditores internos num futuro próximo atuarão com maior frequência na avaliação e análise dos riscos, dando mais importância aos riscos relacionados com a tecnologia e informática. Neste sentido, seria importante aprofundar de que forma atuação da auditoria interna pode obter melhores resultados, nomeadamente na melhoria e promoção do contínuo foco nos riscos que possam surgir, aperfeiçoamento da capacidade de análise de dados, prestação de serviços de garantia sobre a efetividade da gestão de riscos e discussões operacionais e estratégicas.

Referências Bibliográficas

- Abdel-Qader, W. (2002). An Evaluation of the International Auditing Standards and their Application to the Audit of Listed Corporations in Jordan (Unpublished Doctoral Thesis). University of Western Sydney, Australia.
- Ahrens, T., Filatotchev, I., Thomsen, S. (2011). The research frontier in corporate governance. *Journal of Management & Governance*, v.15 n.3.
- AICPA - American Institute of Certified Public Accountants (2005). Internal Control: A Tool for the Audit Committee.
- Alberton, L. (2002). Uma contribuição para a formação de auditores contábeis independentes na perspectiva comportamental. Dissertação de Doutorado em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Almeida, B. (2005). Auditoria e Sociedade: Diferenças de Expectativas. Lisboa: Publisher Team.
- Almeida, M. (2003). Auditoria: um curso moderno e completo (6ª Edição). São Paulo: Editora Atlas.
- Arens, A. A., Randal, J. E., & Beasley, M. S. (2003). Auditing and Assurance Services - An Integrated Approach (Ninth Edition). New Jersey: Prentice Hall.
- Azevedo, B. (2005). Gerir o Risco através da Criação de Valor. *Revista IPAI*, 23.
- Banco de Portugal. (2008). Aviso nº5/2008 Sistema de Controlo Interno das Instituições Financeiras. Lisboa: BdP.
- Barreiro, M. (2007). Auditoria Interna – Aliada da estratégia empresarial. *Revista de Auditoria Interna*, 27.
- Barreiro, M. (2007). Fraude corporativa: Contingência ou fatalidade? *Jornal Expresso*.
- Beja, R. (2004). Risk Management – Gestão, Relato e Auditoria dos Riscos do Negócio. Áreas Editora.

- Beuren, I. M. (2000). Gerenciamento da Informação: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial (2ª Edição). São Paulo: Editora Atlas.
- Brown, R. (1962). Changing Audit Objectives and Techniques. The Accounting Review, 37.
- Câmara, P. (2008). A auditoria interna e o governo das sociedades. Revista de Auditoria Interna IPAI. 31.
- Carvalho, Paulo (2015). A importância crescente da auditoria interna na monitorização dos riscos nas empresas de transportes rodoviários de passageiros urbanos em Portugal Continental. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Análise Financeira, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.
- Castanheira, N. (2007). Auditoria Interna baseada no Risco: Estudo do caso português.
- Cicco, F. (2010). Dos Riscos “Negativos” aos Riscos “Positivos”.
- CMVM (2007). Código de Governo das Sociedades. Lisboa: CMVM.
- COSO (2009) – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Integrated framework.
- Costa, C., & Alves, G. (2005). Contabilidade Financeira (5a Ed). Lisboa: Publisher Team.
- Costa, C. B. (2010). “Auditoria Financeira teoria e prática”, Lisboa. 9ª Edição, Rei dos Livros.
- Crepaldi, S. A. (2004). Auditoria Contábil: teoria e prática (3ª Edição). São Paulo: Editora Atlas.
- Deloitte (2005). Optimizing The Role of Internal Audit in The Sarbanes-Oxley Era.
- Dobroţeanu, L.& Dobroţeanu C.L. (2002). Audit – Concepts and Practices, National and International Approach, Economică Publishing.
- ECIIA (2012). Making the most of the Internal Audit Function: Recommendations for Directors and Board Committees. Belgium: European Confederation of Institutes of Internal Auditing.

- Erkens, D. H., Hung, M., Matos, P. (2012). Corporate Governance in the 2007-2008 financial crisis: Evidence from financial institutions worldwide. *Journal of Corporate Finance*, v.18 n.2.
- Flint, D. (1988). *Philosophy and Principles of Auditing*. Hampshire: Macmillan Educational Ltd.
- Franco, H. & Marra, E. (2000). *Auditoria contábil*. São Paulo: Editora Atlas.
- Geada, F. (2005). *Auditoria: Fundamentação Histórica da Profissão*. Auditoria Interna, Instituto Português de Auditores Internos, Outubro/Dezembro.
- Grumet, L. (2007). Rethinking Sarbanes-Oxley. *The CPA Journal*, 77.
- Heliodoro, Paula (2014). *A mudança de auditor e o relatório de auditoria financeira*. Tese de Doutorado em Gestão.
- Holmes, A. W. (1978). *Princípios Básicos de Auditoria*. México: Editorial Continente S.A (CECSA).
- IIA - Institute of Internal Auditors. (2009).
- IPAI. (2009). *Enquadramento Internacional de Práticas Profissionais de Auditoria interna*. Instituto Português de Auditoria Interna.
- International Federation of Accountants (IFAC), ISA 240 – A Responsabilidade do Auditor ao Considerar a Fraude numa Auditoria de Demonstrações Financeiras.
- INTOSAI, (2008) – International Organization of Supreme Audit Institutions.
- Jund, S. (2001). *Auditoria: conceitos, normas técnicas e procedimentos: teoria e 500 questões*. Rio de Janeiro: Impetus.
- Knechel, R. (2001). *Auditing Assurance & Risk* (2a Ed). University of Florida: South-Western College Publishing.

- Lima, Pedro (2014). O impacto da auditoria interna no desempenho organizacional. Dissertação de Mestrado em Auditoria, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.
- Marques de Almeida, J. J. (2001). Natureza e Papel da Auditoria na Sociedade Atual. Revisores e Empresas, Janeiro/Março.
- Mattos, A. L. (2011). Auditoria interna e externa – funções e diferenças.
- Miller, P. (2008). Controle Interno – Governança Corporativa – Administração de Riscos – Fraude, El Auditor Interno.
- Monteiro, Liliana (2014). Auditoria interna: Contributo para a prevenção e deteção de fraude nas organizações. Dissertação de Mestrado em Finanças e Contabilidade, Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro.
- Moraes, G. e Martins, I. (2007). Auditoria Interna: Função e Processo. 3.^a Edição. Lisboa: Áreas Editora.
- OCDE, (1999). OCDE Principles of Corporate Governance. OCDE Publications. Paris.
- Oliveira, D. (1992). Sistemas de informação gerenciais: estratégias, táticas, operacionais (8ª Edição). São Paulo: Edição Atlas.
- Pinheiro, J. (2008). O Inegável valor da auditoria a partilha do conhecimento. Revista de Auditoria Interna, 30.
- Pires, J. (2010). Contributo da Auditoria Interna na deteção e Mitigação de Riscos Empresariais. Dissertação de Mestrado em Auditoria, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.
- Porter, B., Simon, J., & Hatherly, D. (2005). Principles of External Auditing (3a Ed). John Wiley & Sons, Ltd.
- Prazeres, P. M. (1996). Dicionário de Termos da qualidade. São Paulo: Edição Atlas.
- Ramamoorti, S. (2003). Chapter 1. Internal auditing: History, evolution, and prospects. Altamonte Springs: The Institute of Internal Auditors Research Foundation.
- Revista de Controlo e Administração, (2007).

- Russo, J. (2004). O controlo interno das empresas.
- Santi, P. A. (1988). Introdução à auditoria. São Paulo: Editora Atlas.
- SEC, (2002) – Securities and Exchange Commission.
- Silva, L. M. (2007). A Influência da Lei Sarbanes-Oxley e do Código Civil Brasileiro nos Controlos Internos de Empresas Localizadas no Brasil. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- Silva, Sérgio (2015). A importância da auditoria e a perceção do auditor na prevenção e deteção da fraude. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças, Escola Superior de Gestão e Tecnologia.
- Sousa, Natacha (2016). A importância da auditoria na deteção e prevenção da fraude. Dissertação de Mestrado em Auditoria, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.
- Sousa, O. (2006). Comportamentos Éticos. Revista Internal Auditor, 23.
- Stamp, E., & Moonitz, M. (1978). International Auditing Standards. New Jersey: Englewood Cliffs, Prentice Hall.
- Swinkels, W. (2012). Exploration of a theory of internal audit: a study on the theoretical foundations of internal audit in relation to the nature and the control systems of Dutch public listed firms. PhD dissertation, Faculty of Economics and Business. Amsterdam: University of Amsterdam.
- Taborda, D. M. G. (2006). Auditoria, Revisão Legal de Contas e Outras Funções do Revisor Oficial de Contas. Sílabo.
- Tato, L. B. (1998). Auditoría Interna en Universidades: Situación Actual Y Perspectivas de Futuro de La Función de Auditoria Interna en La Universidad Española. Madrid: Instituto de Auditores Internos de España.
- Teixeira, M. F. (2006). O Contributo da Auditoria Interna para uma Gestão eficaz. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Auditoria, Universidade Aberta de Coimbra.
- Tribunal de Contas, (1999), “Manual de Auditoria e de Procedimentos”, Volume I, Lisboa.

- Vinten, G. (1991). The Strategic Audit. Managerial Auditing Journal, 6.
- Willsher, R. (2007). Um negócio arriscado. Revista Exame World Business.